

“Se não preparar a defesa, qualquer dia alguém nos invade”

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.039 11 a 17 de Março de 2026

★

★

★

★

★

Para ele, é importante que o Brasil produza as suas próprias armas

O presidente Lula defendeu, na segunda-feira (9), durante encontro com o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, que os dois países precisam investir e melhorar suas Forças Armadas, caso contrário “qualquer dia al-

guém invade a gente”. Segundo Lula, “nós não precisamos ficar comprando dos ‘senhores das armas’, nós poderemos produzir. O que precisamos é nos convenceremos que ninguém vai ajudar a gente, a não ser nós mesmos”. “Então, nós pensamos em defesa como dissuasão”, disse. **Página 3**



Putin reafirma “apoio inabalável aos nossos amigos iranianos”

O presidente russo, Vladimir Putin, declarou apoio ao novo líder supremo iraniano, Seyed Mojtaba Khamenei, filho do anterior líder Supremo do Irã, Ali Khamenei, de 86 anos, assassinado pelas forças dos EUA e de Israel no primeiro dia de ataques contra o Irã. “Gostaria de reafirmar nosso apoio inabalável a Teerã e nossa solidariedade com nossos amigos iranianos”, enfatizou o líder russo. Putin também classificou o assassinato de Ali Khamenei com uma “violação cínica de todas as normas de moralidade humana e direito internacional”. **Pág. 7**

Bombardeio de Israel assassina 84 crianças no Líbano em 7 dias

Pelo menos 84 crianças foram mortas e outras 254 ficaram feridas no Líbano desde o dia 2 de março pelos bombardeios israelenses, que entenderam ao país a guerra de agressão desencadeada pelo Eixo EUA-Israel contra o Irã em 28 de fevereiro. Os números são da agência da ONU para a Infância, a Unicef, em comunicado divulgado na segunda-feira (9). “Em média, mais de 10 crianças foram mortas todos os dias em todo o Líbano na última semana, com aproximadamente 36 crianças feridas por dia”, denunciou a organização. **P. 6**



Na foto maior, um dos radares do sistema norte-americano THAAD, de custo em torno de U\$ 1 bilhão, destruído. Nas fotos menores, o sistema como era (acima) e um flagrante de um outro radar inutilizado.

Irã destrói principais radares dos EUA no Oriente Médio, admite NYT

The Wall Street Journal, a CNN e The New York Times admitiram que o Irã destruiu os principais radares dos EUA no Oriente Médio, como já vinha afirmando Teerã, efetivamente, na descrição de um analista, “cegando” o sistema norte-americano de interceptação de mísseis e drones com que o Irã reage à agressão desencadeada pelos EUA e Israel. Assim, o WSJ revelou que os EUA estão buscando “substituir mais rapidamente” o radar do sistema de defesa antimíssil THAAD na Jordânia, que foi danificado durante um ataque iraniano, citando uma fonte do Pentágono. Análise semelhante foi feita pelo NYT. De acordo com especialistas, os radares destruídos formam o núcleo crítico da BMD (Defesa contra Mísseis Balísticos) dos EUA no Oriente Médio. **P. 7**

O consumo nacional de energia elétrica residencial em janeiro “superou o consumo industrial” pela primeira vez na história, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O dado preocupante revela o nível que a desindustrialização atingiu no país, em consequência dos juros altos estabelecidos pelo Banco Central. Em janeiro, o consumo industrial caiu mais 1,3%. O BC estabelece o juro básico no Brasil como o primeiro ou segundo maior do mundo há anos, paralisando a atividade econômica. **Página 2**

Governo discute com as FFAA um projeto de defesa nacional vigoroso

O Exército apresentou ao presidente Lula as prioridades de defesa diante do aumento da agressividade do imperialismo norte-americano. Uma das medidas é o apoio à recuperação da Avibrás, que fabrica lançadores de mísseis. **P. 3**

PF prende aliado de Flávio B. por ligação com CV

A PF prendeu o ex-secretário estadual de Esportes do Rio de Janeiro, Alessandro Pitombeira Carracena, investigado por conexões com integrantes do crime organizado. **Pág. 3**

CNI alerta para o agravamento da desindustrialização

“Medidas para reverter esse quadro precisam ser tomadas de forma imediata”, defendeu a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O PIB de 2025 revelou que a indústria de transformação caiu 0,2%. É a quinta queda dos últimos sete anos, alertou. **P. 2**

PIB de 2,3% foi um projeto
Área econômica contrariou Lula, que queria um crescimento do PIB de 5%
PAULO KLIASS*

O Presidente Lula iniciou o último ano deste seu terceiro mandato com grandes dificuldades na seara política e no campo eleitoral. Praticamente todas as pesquisas de opinião divulgadas em 2026 apontam para uma continuidade de altos índices de desaprovção de seu governo e com o crescimento das intenções de voto no candidato da extrema direita, Flávio Bolsonaro. Estamos a menos de sete meses do primeiro turno das eleições gerais e presidenciais, envolvidos em um quadro de adversidades para superar a complexa realidade apresentada pelas pesquisas e pelas vozes das ruas.

Este não era, obviamente, o desenho imaginado por Lula, quando se candidatou em 2022 e venceu as eleições. Tendo sido um importante ator, direto e indireto, da cena política nacional desde 2003, ele imaginava que valeria a pena apostar em uma política de estabilização econômica ao longo da primeira metade desta terceira passagem pelo Palácio do Planalto, com a segurança de que tudo isso seria revertido no final para garantir sua própria reeleição ou de um nome por ele indicado no momento oportuno para sucedê-lo.

Afinal, esta havia sido a sua experiência ao longo dos dois primeiros mandatos. A receita adotada à época previa um período de ajuste logo em seguida à posse, com a intenção de arrumar as coisas no âmbito das finanças públicas e de eventuais medidas para melhorar a organização do ambiente da macroeconomia. Mas a experiência e a perspicácia política de Lula sempre lhe ensinaram que o último ano de um mandato de qualquer Chefe do Poder Executivo deve ser um ano marcado por programas de governo de forte apelo popular, visibilidade de obras, inaugurações e anúncios de medidas que facilitassem um bom desempenho eleitoral.

AUSTERIDADE FISCAL E O RISCO ELEITORAL

Em agosto de 2006, por exemplo, apesar de todas as dificuldades criadas pelo então chamado “escândalo do mensalão”, Lula conseguiu manter um percentual de 45% de ótimo e bom nas pesquisas de opinião. Esse patamar foi suficiente para ele vencer as eleições nos dois turnos meses depois, superando o adversário Geraldo Alckmin (PSDB). Em 2010, ao longo do primeiro semestre, a popularidade de Lula sempre esteve situada acima dos 70%. Assim, esse potencial se transformou em votos e ele foi decisivo para a eleição de Dilma Roussef em sua disputa contra José Serra (PSDB). No final do ano, antes da posse de sua sucessora, a popularidade de Lula chegou a impressionantes 84%.

Assim, o que se imaginava era que o início desta terceira gestão poderia até ser marcado por algum grau de conservadorismo na política econômica, mas que o “animal político” do Presidente ocuparia a cena em algum momento para recompor a iniciativa de ação de seu governo, superando os entraves colocados pela lógica do austericídio. Alguns órgãos de comunicação chegaram a expressar de forma aberta tal sentimento do Presidente. Esse foi o caso de matéria veiculada pelo Relatório Reservado em outubro de 2024. Afinal, Lula sabia que a vitória em 2026 dependeria, dentre tantos outros fatores, de um bom desempenho de seu governo em termos da economia.

(...) “Um PIB de 5% em 2026, seu último ano de governo, é a encomenda de Lula ao seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, segundo fonte da Secretaria de Política Econômica” (...) [GN]

O grande nó para que fosse efetiva tal reversão nas grandes linhas da política econômica residia justamente em uma medida estratégica a ele proposta por Haddad ainda do início de 2023. Tratava-se do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), proposto na Lei Complementar nº 200, que substituiria o Teto de Gastos de Temer. Lula aceitou a sugestão e desistiu de sua promessa de campanha, quando anunciava simplesmente a revogação da Emenda Constitucional nº 95. O espírito da austeridade fiscal permaneceu como sendo a regra orientadora das decisões da área econômica. Isso implicava buscar superávit primário a todo custo, aceitar os cortes no Orçamento pela ótica da redução das despesas não-financeiras e a incorporação de uma regra de limitação do crescimento anual das principais variáveis econômicas a apenas 2,5% em termos reais.

Continua: <https://horadopovo.com.br/pib-de-23-foi-um-projeto-por-paulo-kliass/>

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Pela 1ª vez, a indústria consome menos energia do que as famílias

Foto: Miguel Âncelo/CNI



Retração atingiu 26 de 37 setores: metalurgia e químicos lideraram a queda

Dados alertam para o agravamento da desindustrialização, aponta CNI

“Medidas para reverter esse quadro precisam ser tomadas de forma imediata”

Asfixiada pelos juros altos, a indústria de transformação brasileira perde espaço na economia a cada ano. Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) de 2025 mostram que o setor registrou queda de 0,2% no ano passado, dado que, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), reforça que o país passa por um processo de desindustrialização. Trata-se da quinta queda no PIB da indústria de transformação dos últimos sete anos: “se nada for feito, deve perder mais espaço na economia em 2026”.

“A Selic desestimulou o investimento, encareceu o crédito aos consumidores e restringiu a demanda

por bens industriais. Essa situação é agravada pela expansão das importações, que cresceram de forma generalizada e em ritmo muito superior ao da demanda”, afirma o superintendente de Economia da CNI, Marcio Guerra.

O último resultado positivo que a industria de transformação teve foi em 2024, quando cresceu em 3,9%. De acordo com a CNI, este desempenho não se sustentou, “o setor foi asfixiado pelos juros elevados e pela invasão de produtos estrangeiros no mercado nacional”.

“A política monetária contracionista se refletiu em toda a cadeia produtiva. Não à toa, o PIB

industrial, como um todo, subiu 1,4%, menos da metade do registrado em 2024. O resultado só não foi pior devido à alta de 8,6% da indústria extrativa”, avalia a entidade. A CNI também ressalta que a taxa de investimentos fechou 2025 em 16,8% do PIB. Este resultado é muito mais baixo do que a média de 20%, registrada entre 2010 e 2013 e necessária para sustentar taxas de crescimento da economia.

“O cenário preocupa, mas não é novo: desindustrialização e baixo investimento. As medidas para reverter esse quadro precisam ser tomadas de forma imediata”, conclui Guerra.

Iedi: com juros altos, indústria de média-alta tecnologia pisou fortemente no freio em 2025

“Ao longo de 2025, à exceção da alta tecnologia, todas as demais faixas da indústria de transformação apontaram redução do nível de atividade, com duas delas terminando o ano no vermelho”, alerta o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

(Iedi). O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) afirma que “o dinamismo industrial brasileiro, que havia ganhado tração em 2024, não resistiu ao quadro de elevadas taxas de juros de 2025”. A análise sobre a quadro da indústria por intensidade tecnológica no ano passado foi divulgada na sexta-feira (6).

“Em 2025, o nível de atividade da indústria de transformação foi bastante restringido pela conjuntura de elevadas taxas de juros no país. Tanto o PIB do setor como sua produção física encolheram -0,2%, interrompendo a retomada que havia marcado em 2024, quando essas variáveis acumularam expansão de quase 4%. O último trimestre do ano passado aponta para um quadro industrial ainda mais difícil, indicando perda da ordem de -2%”, alerta o Iedi.

Em 2025, a indústria de transformação viu o seu PIB declinar -0,2%. A produção deste que é o principal componente da indústria geral “retrocedeu nas comparações seja com novembro (dados dessazonalizados), taxa de -1,9%, seja com dezembro de 2024, variação de -1,0%”, aponta o Iedi. “No contraponto entre quartos trimestres de 2025 e do ano anterior, a retração foi ainda maior, de 1,9%. Tal queda concorreu para o sinal negativo na performance do ano, taxa de -0,2% em relação a 2024”.

O Iedi alerta para o movimento de retrocesso da indústria nacional, quando observada a intensidade tecnológica das atividades industriais, com base nos parâmetros difundidos pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvi-

mento Econômico). No ano passado, a indústria extrativa – ramo classificado pela OCDE como de média-baixa tecnologia – foi quem respondeu pelo crescimento da indústria geral (+0,6%).

Pela OCDE todos os ramos da indústria de transformação descritos na PIM-PF (Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física) do IBGE estão distribuídos nas faixas de alta, média-alta, média e média-baixa intensidade tecnológica. Já as atividades de extração mineral são de média-baixa intensidade tecnológica.

Com base nas variações da produção física da indústria geral por intensidade tecnológica obtidas para junho 2025, com foco nas comparações entre meses, quarto trimestre e acumulado do ano e seus equivalentes de 2024, o Iedi aponta que o segmento de alta intensidade tecnológica sofreu retração.

No acumulado do ano de 2025, a alta tecnologia registrou -0,7%, na esteira dos baixos desempenhos da fabricação de aeronaves (-4,0%) e do complexo eletrônico (-3,1%), com destaque para informática (-10,3%). Na média-baixa, houve queda de -1,4%, em grande medida devido a derivados de petróleo (-5,3%) e produtos de metal (-2,2%).

“A parcela da média-baixa referente à indústria extrativa”, segundo o Iedi, “se saiu muito melhor, crescendo +4,9%. Esta contribuição não apenas ajudou o grupo total da média-baixa evitar o sinal negativo (+0,1%) como também amorteceu a desaceleração da indústria geral (+0,6%), que é a soma de extrativa e transformação”.

Os grupos industriais de média tecnologia, que representam um terço da indústria nacional, mantiveram avanços nas suas produções, mas apresentaram desempenhos distintos em 2025, assinala o instituto. Enquanto a indústria de média-alta tecnologia sofreu uma forte desaceleração (de +6,8% em 2024 para apenas +1,5% em 2025), puxada pela estagnação do setor automotivo (+0,2%), a indústria de média intensidade tecnológica manteve o ritmo de crescimento (+2,3% e +2,8% respectivamente).

“A maior parte de seus componentes perderam tração, mas a atividade de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos (+9,6%) compensou muito disso”, destaca o Iedi.

“Ao longo de 2025, à exceção da alta tecnologia, todas as demais faixas da indústria de transformação apontaram redução do nível de atividade, com duas delas terminando o ano no vermelho”, ressalta.

“A indústria de média-alta foi quem pisou mais fortemente no freio”, diz, “Iniciou o ano de 2025 com alta de +7,9% em jan-mar e terminou o ano em declínio de -3,4% em out-dez. A indústria automobilística foi o principal fator desta involução (de +8,8% para -7,9%), mas químicos (de +5,2% para -3,3%) e máquinas e aparelhos elétricos (de +7,7% para -5,5%) também contribuíram para essa queda de desempenho da indústria de média-alta”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/com-juros-altos-industria-de-media-alta-tecnologia-pisou-fortemente-no-freio-em-2025-diz-iedi/>

Afetada pelos juros altos, o consumo de energia elétrica da indústria caiu 1,3% em janeiro. Já o consumo residencial aumentou 8,6%, “impulsionado pelas temperaturas acima da média histórica, ondas de calor e clima mais seco”, segundo EPE

O consumo nacional de energia elétrica residencial em janeiro “superou o consumo industrial” pela primeira vez na história, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). De acordo com o Relatório Mensal de Energia da EPE, em janeiro, o consumo nacional de energia elétrica foi de 49.104 Gwh, um aumento de 4,1% comparado a janeiro de 2025. E a terceira alta consecutiva no consumo nacional.

Enquanto a indústria registrou queda de 1,3% em janeiro, o consumo residencial aumentou 8,6%.

Foi o terceiro mês consecutivo em que a Indústria consumiu menos. A retração atingiu 26 dos 37 setores monitorados, com os segmentos de metalurgia e químicos seguindo liderando a queda.

O resultado do consumo industrial reflete o cenário de desaceleração da economia que se instalou na indústria brasileira, afetada pelos juros elevados, com quedas nos investimentos, nas vendas e na geração de empregos.

De acordo com o IBGE, a produção industrial brasileira tombou 1,2% na passagem de novembro para dezembro de 2025, “acentuando o comportamento predominantemente negativo observado desde setembro de 2025, período em que acumulou uma perda de 1,9%. Em 2025, o crescimento foi de 0,6%, bem menor do que os 3,1% alcançados em 2024.

Entre os dez setores mais eletrointensivos, sete consumiram menos. A metalurgia (-6,8%; -287 GWh) foi o setor que mais contribuiu para a queda do consumo da indústria. Também reduziram o consumo de eletricidade os setores: automotivo (-9,1%; -49

GWh), produtos de metal (-4,4%; -14 GWh), têxteis (-3,0%; -13 GWh), produtos de borracha e matéria plástica (-2,4%; -21 GWh) e produtos de minerais não-metálicos (-0,9%; -10 GWh). Por outro lado, o consumo cresceu na extração de minerais metálicos (+13,6%; +166 GWh), em papel e celulose (+5,7%; +46 GWh) e na fabricação de produtos alimentícios (+3,6%; +82 GWh).

O Sudeste, que reúne o maior parque industrial do país, teve a maior retração no consumo de energia (-3,2%), seguido por Nordeste (-1,8%) e Centro-Oeste (-0,5%). Com expansão positiva, o Sul obteve (+1,4%) e o Norte (+4,0%).

O consumo residencial totalizou 16.989 GWh em janeiro de 2026, com alta de 8,6% frente a janeiro de 2025, acelerando em relação ao mês anterior e registrando a maior expansão desde julho de 2024, um novo recorde da série histórica da EPE (iniciada em 2004).

De acordo com a EPE, o desempenho “foi favorecido por temperaturas acima da média, ondas de calor e condições mais secas, que intensificaram o uso de equipamentos de climatização”.

Já o consumo de energia elétrica comercial foi de 9.352 GWh em janeiro de 2026, com expansão de 6,4% em relação ao mesmo mês de 2025, alcançando o maior patamar já registrado para o comércio desde o início da série histórica da EPE, em 2004. “As temperaturas elevadas e as condições mais secas observadas no mês podem ter contribuído para o aumento do consumo da classe, em resposta ao aumento da demanda por climatização nos estabelecimentos comerciais”.

Investimentos da Petrobrás crescem 22,2% em 2025: R\$ 112,9 bilhões

Os investimentos da Petrobrás em 2025 cresceram 22,2% sobre os de 2024 totalizando R\$ 112,9 bilhões (US\$ 20,3 bilhões). É um valor 9,7% acima do plano de investimentos PN 2025-29, dentro da faixa de variação das projeções divulgado para o ano. Os segmentos de Exploração e Produção representaram cerca de 84% do total de investimentos em 2025, contribuindo para o relevante crescimento da produção observada no ano.

Este patamar de Capex, (investimentos em ativos fixos de longo prazo) em 2025 decorre, principalmente, da evolução nas campanhas de poços com o cumprimento de marcos de construção dos FPSOs (navios-plataformas) próprios destinados à operação nos campos de Búzios, Átapu e Sépia, além do recorde de interligações de poços.

Destaca-se, ainda, o início da operação dos FPSOs afretados Almirante Tamandaré (Búzios 7) e Alexandre de Gusmão (Mero 4), bem como do FPSO próprio P-78 (Búzios 6). Essas três novas unidades de produção adicionaram 585 mil barris de óleo por dia de capacidade nominal de produção operada pela Petrobrás.

“O ano de 2025 foi extraordinário em termos de produção. O aumento do volume de óleo e gás nos permitiu compensar os efeitos da queda do Brent

e alcançar resultados financeiros robustos. Isso reflete nossa capacidade de entregar mais com menos recursos, otimizando projetos e antecipando operações que geram valor para nossos acionistas e para a sociedade. Nossos resultados não são apenas números: eles se traduzem em energia, geração de riqueza, empregos, impostos e retorno para a sociedade”, afirmou Magda Chambríard, presidente da Petrobrás, ao divulgar o balanço do ano.

Por segmento, Exploração & Produção recebeu investimentos de US\$ 17,0 bilhões, um crescimento de 22,3% sobre 2024. No Refino, transporte e Comercialização os investimentos foram de US\$ 2,3 bilhões. Um crescimento de 27% em relação a 2024. Destacam-se os investimentos nos projetos de implantação da Refinaria Abreu e Lima e do Refino Bioventura. No segmento de Gás e Energias de Baixo Carbono o investimento de 2025 foi de US\$ 406 milhões, um recuo de 4,7% em relação ao ano anterior.

Os dados constam do Relatório de desempenho da Petrobrás, sobre resultados do quarto trimestre e do ano passado, divulgado na sexta-feira (6).

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/investimentos-da-petrobras-crescem-222-em-2025-totalizando-r-1129-bilhoes/>

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Luciana no programa “Bom dia, Ministra” “Dobramos investimentos em ciência e tecnologia em tres anos; R\$ 49,3 bilhões”, diz ministra Luciana Santos

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos (PCdoB), afirmou que o governo Lula investiu, em três anos, quase o dobro do que o governo Bolsonaro inteiro na área.

Entre 2023 e 2025, o governo Lula investiu R\$ 49,3 bilhões, enquanto de 2019 a 2022 o antigo governo colocou somente R\$ 26,3 bilhões em Ciência e Tecnologia.

“Nós dobramos os investimentos em ciência e tecnologia em três anos em relação aos quatro do governo anterior. Isso traz velocidade, ânimo, tanto para a indústria de base tecnológica quanto para o ambiente acadêmico”, disse no programa “Bom dia, Ministra”, da Agência Brasil, na quarta-feira (11).

“É muito investimento que está indo para as universidades, para os institutos de ciência e tecnologia, e é o que muda na vida das pessoas”, continuou.

Luciana Santos falou que uma forma de garantir a manutenção do investimento em ciência é a política de “contingenciamento zero” para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

“Não se mexe nesse patrimônio do povo brasileiro. E isso que possibilitou essa quantidade de investimentos. Queremos que isso se torne política de Estado”, comentou.

A ministra relatou que as indústrias ligadas à inovação e a comunidade acadêmica ficaram “de ‘cabelo em pé’ no período anterior porque esses recursos foram contingenciados pelo outro governo”.

Santos explicou também que o Ministério aposta em infraestrutura de pesquisa e investimentos para que o Brasil consiga manter dentro do país pesquisadores, impedindo a chamada “fuga de cérebros”.

Além disso, contou sobre os esforços para “atração de talentos que estavam lá fora. É um caso de sucesso. Trouxemos de volta para o Brasil 2.500 pesquisadores e pesquisadoras, principalmente da Argentina e dos Estados Unidos. Muitos deles nas áreas de ciência da terra, física, tecnologia da informação e saúde”.

A ministra da Ciência e Tecnologia falou ainda sobre as ações do governo Lula para que o Brasil tenha soberania em áreas que têm alcançado cada vez mais importância. É o caso da Inteligência Artificial (IA).

O Plano Brasileiro de IA “está em curso com uso de computadores de alto desempenho” para treinar IAs. Os editais e encomendas do Plano ocorrerão ainda no primeiro semestre de 2026.

Luciana Santos ainda destacou a importância da decisão do governo Lula de retomar a CEITEC, estatal que produz semicondutores que foi liquidada por Bolsonaro.

“É uma indústria de semicondutores, uma indústria de ponta, que fazia chip de rastreamento de animal e também para o setor automotivo. Hoje, além dessa expertise, vamos mudar a rota tecnológica. Essas empresas vão entrar na transição energética no setor automotivo, fazer chips de potência”, descreveu.

STF julga deputados do PL acusados de cobrar propina por emendas parlamentares

O Supremo Tribunal Federal inicia na terça-feira (10) o julgamento de deputados federais do PL de Bolsonaro acusados de integrar esquema de corrupção relacionado à destinação de recursos oriundos de emendas parlamentares.

A ação penal, que envolve 8 réus, coloca em debate na Corte os limites legais da atuação de congressistas na alocação de recursos do Orçamento Federal.

De acordo com a denúncia da Procuradoria-Geral da República, o grupo teria estruturado organização criminosa orientada à negociação irregular de emendas destinadas a municípios. A acusação sustenta que gestores municipais eram pressionados a pagar propina em

troca da liberação de verbas federais.

Entre os principais acusados estão os deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE), apontados pela investigação como integrantes do núcleo político do esquema.

O julgamento acontece na Primeira Turma do STF. Segundo a PGR, o grupo teria solicitado, entre janeiro e agosto de 2020, cerca de R\$ 1,6 milhão em vantagens indevidas para viabilizar a liberação de aproximadamente R\$ 6,6 milhões em emendas parlamentares destinadas ao município de São José de Ribamar (MA). O valor exigido corresponderia a cerca de 25% do total das emendas destinadas à cidade.

“Se não prepararmos a defesa, um dia alguém invade a gente”

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



O presidente durante pronunciamento ao receber o presidente da África do Sul

Governo discute com as Forças Armadas um vigoroso projeto de defesa nacional

O presidente Lula já manifestou sua intenção de aumentar os investimentos em defesa diante do agravamento do quadro internacional e de agressões a outros países por parte dos EUA.

“Se a gente não se preparar na questão da defesa, qualquer dia alguém invade a gente”, advertiu Lula na recepção ao presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. “Então, nós pensamos em defesa como dissuasão”, acrescentou.

Neste sentido várias medidas já estão sendo tomadas. Uma delas é o apoio à recuperação da Avibrás, empresa fabricante de lançadores de mísseis. O Exército apresentou ao presidente, segundo reportagem do Estadão, um plano para reaparelhamento das FFAA com vistas à defesa nos tempos de drones e guerra cibernéticas.

O Exército aposta na retomada da produção da Avibrás para dar andamento ao projeto de seu míssil tático de cruzeiro com alcance mínimo de 300 quilômetros. De acordo com dados do Escritório de Projetos do Exército (EPEx), 90% do projeto está pronto – falta apenas a campanha de tiros. A Força ainda está desenvolvendo o Míssil Tático Balístico S+100, que deve aproveitar o conhecimento adquirido com o projeto S-80. O míssil deverá ter interoperabilidade com outros sistemas da Avibrás.

Na avaliação de especialistas, o Brasil não teria, hoje, como se defender de um enxame de drones como o que foi lançado contra o Irã pelos EUA.

Drones brasileiros: Albatroz e o Atobá (AIRWAY)

Deputado denuncia à PGR a cumplicidade de Campos Neto com os crimes do Master

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou à Procuradoria-Geral da República (PGR) um pedido de investigação contra o ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para apurar sua participação no esquema criminoso do Banco Master.

Pelo menos dois diretores do BC na gestão de Roberto Campos Neto recebiam propina para proteger o Master, revelou a Polícia Federal.

Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor

Entre os projetos prioritários do Exército está a defesa antiaérea de média altura, hoje inexistente na Força Terrestre – a defesa de alta altura ficará a cargo da Força Aérea Brasileira (FAB). Pelo plano do Estado-Maior do Exército (EME), para que o País tenha capacidade de dissuasão seriam necessários três grupos de artilharia antiaérea com três baterias cada.

O programa deve permitir a integração de radares de diferentes origens, inclusive equipamentos nacionais. O sistema usa mísseis CAMM-ER, semelhante aos das fragatas da Classe Tamandaré, da Marinha. Um terceiro grupo deve ficar na região Norte e baterias seriam ainda colocadas para a proteção de infraestruturas críticas.

O plano do Exército foi entregue ao presidente Lula. Ele prevê um investimento total de R\$ 456 bilhões para que o País possa se defender de ameaças de potências estrangeiras criadas pelo novo cenário geopolítico mundial e pelas inovações do campo de batalha na era dos drones.

O segundo programa prioritário do Exército, segundo a reportagem, é corrigir a quase ausência de drones da Força Terrestre. O tema está sendo tratado como uma emergência nacional, pois sem eles o País pode estar indefeso diante de qualquer ação estrangeira. O plano do EME tem duas vertentes: uma que privilegia a compra de material pronto nacional ou estrangeiro e outra que visa o desenvolvimento nacional para garantir a autonomia do País.

Ao todo, 26 empresas com capacidade para produzir drones das

modalidades 0, 1, 2 e 3 armados, com capacidade de combate, apresentaram-se ao Exército. Há empresas nacionais capazes de fornecer de imediato o equipamento. Fontes do Exército informaram ao Estadão que seriam necessários investir R\$ 3,7 bilhões nessa área – os gastos globais chegariam a cerca de R\$ 10 bilhões entre 2026 e 2040.

O comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, e o chefe do EME, general Francisco Humberto Montenegro Júnior, levaram o plano do Exército a Lula na reunião em que os chefes das Forças Armadas tiveram com o presidente após a ação americana que sequestrou o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. A urgência de equipar a Força com drones foi reforçada pelo uso desse tipo de equipamento pelo Irã durante a agressão de americano-israelenses ao país.

A nova realidade geopolítica mundial impõe ao Brasil um aumento dos investimentos na defesa antes que seja tarde demais, antes que alguém anuncie que deseja tomar a Amazônia ou o petróleo da margem equatorial para “defender a sua segurança nacional”.

A agressividade dos EUA torna o mundo mais perigoso e não parece mais possível apostar que o Brasil e seu entorno estratégico continuarão distantes das convulsões que ameaçam envolver os demais continentes em conflitos regionais cada vez maiores e imprevisíveis. Lula manifestou a consciência de que a melhor maneira de garantir sua sobrevivência é negar vantagens estratégicas ao inimigo.

ria do Banco Central”, explicou.

Na avaliação do deputado, Campos Neto “incentivou” e o governo Bolsonaro “deixou correr solto” o modelo de fraudes do Banco Master.

Ele apresentou a notícia-crime à PGR “para que seja investigada omissão dolosa de Campos Neto na fiscalização bancária e se apure indícios de que norma editada durante sua gestão possa ter contribuído para facilitar fraudes atribuídas ao Banco Master”.

Advertência de Lula se deu na recepção ao presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. “Então, nós pensamos em defesa como dissuasão”, afirmou o presidente da República

O presidente Lula defendeu, na segunda-feira (9), durante encontro com o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, que os dois países precisam investir e melhorar suas Forças Armadas, caso contrário “qualquer dia alguém invade a gente”.

“Então, nós pensamos em defesa como dissuasão, mas eu não sei se o companheiro Ramaphosa percebe que, se a gente não se preparar na questão de defesa, qualquer dia alguém invade a gente”, argumentou.

“Essa é uma coisa que o Brasil tem necessidade similar à necessidade da África do Sul e que, portanto, nós precisamos juntar o nosso potencial e ver o que a gente pode produzir junto, construir junto”.

Segundo Lula, “nós não precisamos ficar comprando dos ‘senhores das armas’, nós poderemos produzir. O que precisamos é nos convenceremos que ninguém vai ajudar a gente, a não ser nós mesmos”.

Lula disse que “aqui, na América do Sul, nós nos colocamos como uma região de paz. Aqui, ninguém tem bomba nuclear, bomba atômica. Nossos drones são para agricultura, para a ciência e tecnologia e não para a guerra”. “Nós pensamos em defesa como dissuasão”.

O tema da defesa “é uma área extremamente importante, companheiro Ramaphosa, para a gente trabalhar junto”, tanto que os ministros da Defesa do Brasil e da África do Sul vão se reunir, contou. Lula disse esperar que eles “conversem bastante” sobre a aproximação dos países na área da Defesa.

O presidente criticou a agressão do Irã pelos Estados Unidos. “Expus ao presidente Ramaphosa minha profunda preocupação com a escalada do conflito no Oriente Médio, que representa uma grave ameaça à paz e à segurança internacional, com impactos humanitário e

econômico de amplo alcance. Esses conflitos produzem efeitos deletérios sobre as cadeias de energia, insumos e alimentos”, afirmou.

“São os mais vulneráveis sobretudo mulheres e crianças que sofrem o impacto mais severo dessas crises. O diálogo e a diplomacia constituem o único caminho viável para a construção de uma solução duradoura. É importante lembrar que, por conta da guerra do Irã, o preço do combustível já está subindo em quase todo o mundo. O preço do petróleo está subindo muito e deve subir em todos os países do mundo”, avaliou.

Lula falou da importância de defender os minerais críticos para o país e declarou que “precisamos de um levantamento concreto do que o África do Sul tem de minerais críticos e de terras raras. O Brasil, até agora, conhece o potencial de 30% do seu território e temos muita coisa”.

“E já está avisado ao mundo que o Brasil não vai fazer das terras raras e dos minerais críticos o que foi feito com minério de ferro. A gente vendeu o minério e compramos produto acabado pagando cem vezes mais caro. Agora, a parceria tem que ser feita para que o processo de transformação seja feita aqui no Brasil”, completou Lula.

Em seu discurso, Cyril Ramaphosa falou que o mundo vive um período de “recrudescimento dos conflitos”, e Brasil e África do Sul reiteraram “um chamado para uma resolução pacífica das disputas. Condenamos as perdas de vidas, principalmente de civis, e condenamos a perda de infraestrutura vital nessa parte do mundo”.

Somente em 2026, o mundo testemunhou os ataques dos Estados Unidos contra a Venezuela, com o sequestro do presidente Nicolás Maduro, e contra o Irã, com o assassinato de diversas lideranças, entre elas o aiatolá Ali Khamenei.

PF prende aliado de Flávio “Rachadinha” em investigação sobre ligação com o CV

A Polícia Federal cumpriu, na segunda-feira (9), nova ordem de prisão contra o ex-secretário estadual de Esportes do Rio de Janeiro, Alessandro Pitombeira Carracena, investigado por conexões com integrantes do crime organizado.

O caso integra desdobramentos de operação que apura a atuação de intermediários políticos em benefício do CV (Comando Vermelho), uma das principais facções criminosas do País, com atuação, principalmente, no Rio de Janeiro.

As informações são do ICL Notícias.

Carracena é apontado como aliado político do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, como preposto do pai. Segundo investigadores, ele teria participado de articulações que envolviam a intermediação de interesses de integrantes da facção nas estruturas do poder público no Rio de Janeiro.

Segundo o ICL Notícias, Carracena foi indicado ao órgão para o governo Cláudio Castro pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Contudo, o secretário do Consumidor Gutemberg Fonseca, outro aliado de Flávio, afirma que foi ele quem indicou Carracena ao governo. Em nota, o senador negou a indicação de Carracena, mas não falou de sua relação com Gutemberg Fonseca.

Por meio de nota, investigadores afirmaram que a operação busca desmontar “esquema de corrupção e intermediação de interesses criminosos com possíveis ramificações dentro da estrutura pública”.

VENDA DE INFLUÊNCIA

De acordo com as apurações da PF, o grupo investigado atuaria na negociação de vantagens indevidas e na tentativa de obter proteção institucional para interesses ligados ao tráfico de drogas.

Interceptações e documentos apreendidos indicariam contatos entre investigados e inte-

grantes do Comando Vermelho.

As investigações apontam que intermediários buscariam influenciar decisões administrativas e políticas para beneficiar a organização criminosas. Para os investigadores, o esquema teria como objetivo ampliar a capacidade de atuação da facção por meio de conexões políticas.

Investigador ouvido durante as apurações afirmou que a operação pretende “romper a cadeia de proteção política que permitia a atuação de interesses do tráfico dentro de instituições públicas”.

RELAÇÕES POLÍTICAS

Carracena ocupou cargos na Administração estadual e é considerado próximo de aliados políticos do senador Flávio Bolsonaro. A investigação examina o alcance dessas relações e se houve utilização de influência política para favorecer integrantes do grupo criminoso.

Até o momento, o senador não foi alvo das medidas judiciais relacionadas à nova fase da operação. A apuração, contudo, analisa mensagens, registros de contatos e outros documentos que podem esclarecer o grau de participação dos investigados.

Especialistas em segurança pública afirmam que a infiltração do crime organizado em estruturas institucionais é uma das principais estratégias das facções para ampliar poder de alcance e força.

DESDOBRAMENTOS

A nova fase da operação incluiu também mandados de busca e apreensão e outras medidas cautelares autorizadas pela Justiça. O material recolhido pelos agentes será analisado para identificar possíveis novos envolvidos.

Caso as suspeitas sejam confirmadas, os investigados poderão responder por crimes como organização criminosas, corrupção e tráfico de influência, acusações que podem resultar em penas elevadas no sistema penal brasileiro.

“Fechamento de salas por Tarcísio causou a evasão recorde em SP”

Queda de matrículas registrada em escolas estaduais no Ensino Médio de São Paulo foi 2,5 maior que a média nacional, segundo dados do Censo Escolar

São Paulo foi o estado que registrou a maior queda de matrículas no ensino médio em todo o país. Dados do Censo Escolar 2025, divulgados pelo Ministério da Educação, mostram que a rede estadual paulista perdeu 17% dos estudantes nessa etapa em apenas um ano – um recuo 2,5 vezes maior que a média nacional, que foi de 6,62%.

Em números absolutos, a rede estadual de São Paulo passou de 1.514.428 alunos em 2024 para 1.257.489 em 2025, uma redução de 256.939 matrículas. A queda ocorre no governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), cuja política educacional tem sido marcada pelo fechamento de turmas, avanço das escolas cívico-militares, imposição do chamado “novo ensino médio” e demissões de professores.

Enquanto a rede pública perde estudantes, o ensino privado cresce. No mesmo período, as escolas particulares de São Paulo registraram aumento de 2,46% nas matrículas, passando de 301.555 para 308.999 alunos — movimento que evidencia o avanço do processo de privatização da educação no estado.

A Secretaria de Educação paulista afirma que a redução se deve a mudanças na forma de contabilização das matrículas, alegando que antes um mesmo estudante poderia aparecer mais de uma vez quando vinculado a diferentes itinerários formativos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Censo Escolar, informou que solicitou uma análise para verificar a contestação apresentada pelo governo estadual.

Mesmo com essa justificativa, os dados divulgados no último dia 26 revelam forte diminuição de estudantes em diferentes faixas etárias. Apenas entre jovens de 15 a 17 anos, a rede estadual paulista perdeu mais de 217 mil matrículas. Também houve redução entre alunos de 18 a 20 anos e entre aqueles com mais de 20 anos.

A retração acompanha uma política de enxugamento da rede. Professores denunciaram o fechamento sistemático de turmas, especialmente no período noturno, o que atinge diretamente estudantes trabalhadores. Com menos classes disponíveis à noite, muitos jovens e adultos acabam sem alternativa para continuar os estudos.

A redução também aparece na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que caiu de 101.632 matrículas em 2024 para 82.530 em 2025, uma queda de 18,8%. Em 2015, a rede estadual de São Paulo contava com 2.803 escolas que ofereciam aulas no período noturno. Atualmente, esse número caiu para 1.633. Em muitas unidades, o noturno ainda existe, porém com quantidade de turmas bem menor do que no passado, em geral voltadas sobretudo à EJA.

Em entrevista ao Hora do Povo, a professora Flavia Biscain, coordenadora da subsele Lapa da APEOESP, afirmou que o governo tem promovido um verdadeiro enxugamento da rede estadual. “Há fechamento generalizado de salas, principalmente do ensino noturno e da EJA. Muitos estudantes que trabalham não encontram vagas à noite e acabam abandonando a escola”, disse.

Ela também denuncia que alunos com faltas por problemas de saúde, questões familiares ou trabalho acabam retirados das listas de chamada, perdem a matrícula e contribuem para o fechamento de turmas, enquanto outras salas ficam superlotadas. “O resultado são professores desempregados, alunos fora da escola e piora na qualidade do ensino”.

TENDÊNCIA BOLSONARISTA

A queda nas matrículas do ensino médio também foi significativa em outros estados governados por aliados do bolsonarismo. No Paraná, administrado por Ratinho Júnior (PSD), a redução foi de 8,65% entre 2024 e 2025. O estado tem sido apontado como exemplo por setores que defendem a militarização e a digitalização da educação, com forte expansão das escolas cívico-militares e a chamada plataformização do ensino.

Assim como em São Paulo, educadores apontam que a redução de matrículas também está relacionada ao fechamento de turmas presenciais, à diminuição da oferta do ensino noturno e à insuficiência de vagas na Educação de Jovens e Adultos, modalidade voltada a trabalhadores e pessoas que não puderam concluir os estudos na idade regular.

Também em entrevista ao Hora do Povo, o professor Daniel Cara, da Faculdade de Educação da USP e integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirmou que a forte queda de matrículas em estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul está relacionada à forma como esses governos implementaram a reforma do ensino médio aprovada durante o governo de Michel Temer.

Segundo ele, a adoção acelerada do modelo e a imposição de itinerários formativos muitas vezes desconectados dos interesses dos estudantes contribuíram para ampliar a evasão escolar. “Esses estados optaram por manter o modelo estabelecido no governo Temer e avançaram rapidamente na implementação dos itinerários, que em muitos casos não têm relação com o interesse dos alunos. Isso acabou ampliando a evasão”, apontou.

SEGREGAÇÃO

Daniel também alertou que algumas redes estaduais acabam elevando artificialmente indicadores educacionais ao excluir estudantes mais vulneráveis. “O fato de o Paraná ir bem no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) se dá por uma questão meramente de estratégia do estado. Na prática, uma rede que exclui tem chance de ir melhor no Ideb porque acaba optando por excluir aqueles alunos que merecem e precisam de maior reforço do Estado, ou seja, aqueles alunos que precisam ter melhor educação”, explicou.

“Quando você exclui os alunos que são mais vulneráveis, que foi o que aconteceu em SP, MG, PR e RS, o resultado é que a sua nota do Ideb sobe, mas é uma nota artificial. Aliás, a política de educação desses estados é uma política artificial”, reiterou.

O experimento iniciado neste ano em escolas estaduais pela gestão de Tarcísio de Freitas ilustra claramente a crítica de Daniel Cara. A medida prevê a separação de estudantes de uma mesma série de acordo com o rendimento escolar. Chamado de “Projeto Voar”, o programa está sendo aplicado em 147 unidades da rede paulista e divide alunos dos anos finais do ensino fundamental em turmas diferentes conforme o desempenho obtido em avaliações de língua portuguesa e matemática.

Segundo a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o objetivo seria acelerar a aprendizagem dos estudantes com maior defasagem. Na prática, as turmas passam a ser classificadas entre “padrão”, com alunos que apresentam menor atraso escolar, e “adaptadas”, voltadas para aqueles considerados abaixo do nível esperado. Dados apresentados pela própria secretaria indicam que cerca de 74% das turmas incluídas no projeto foram enquadradas nesse segundo grupo.

Para o professor Fernando Cássio, também da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, a iniciativa revela os efeitos da política de padronização curricular adotada pela gestão estadual. Em vez de ampliar a autonomia docente para lidar com as diferenças de aprendizagem dentro da sala de aula, afirma ele, o governo opta por separar os estudantes, o que pode aprofundar processos de rotulação e estigmatização.

“A secretaria optou e exigiu essa padronização curricular, o que pode levar a um currículo inatingível para muitos alunos”, disse à Folha de S.Paulo. “Ao restringir a autonomia dos professores na elaboração das aulas, na adaptação aos alunos reais e aos seus níveis de aprendizado, a padronização pode gerar frustração e sensação de fracasso”, avalia.

MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS

Denúncias de manipulação de dados escolares vieram à tona no Paraná. No final de 2025, a deputada federal Carol Dartora (PT) encaminhou ao Ministério Público do Paraná (MPPR) uma representação relatando suspeitas de fraude educacional, assédio institucional e pressão sobre professores da rede estadual para aprovação de estudantes independentemente da aprendizagem.

Segundo a parlamentar, os relatos recebidos por seu mandato indicam “indícios de lançamento de presença de alunos que não frequentaram aulas e alteração de notas para inflar índices de aprovação”, prática que ela classificou como “maquiagem de dados”.



“Não podemos tratar como fatalidade o que é fruto de escolha política”

Preço da gasolina dispara na Bahia após aumento pela refinaria privatizada

Na Bahia, os motoristas começaram a sentir nas bombas dos postos de combustíveis os efeitos do novo reajuste aplicado pela Refinaria de Mataripe, ex-Refinaria Landulpho Alves (RLAM), privatizada e administrada pela Acelen, que elevou os preços de gasolina e diesel vendidos às distribuidoras.

Após a atualização anunciada, nesta última quinta-feira (5), o litro da gasolina comum passou a ser encontrado por até R\$ 6,99 na capital baiana, aproximando-se da marca de R\$ 7.

O aumento já foi repassado ao consumidor final em diversos bairros da cidade e representa uma elevação de aproximadamente R\$ 0,30 por litro na gasolina, enquanto o diesel registrou alta de cerca de R\$ 0,80 por litro em alguns estabelecimentos.

Segundo a Acelen, empresa responsável pela refinaria localizada em São Francisco do Conde, os preços seguem critérios de mercado baseados em variáveis internacionais, como o custo do petróleo, câmbio e despesas de transporte.

No entanto, esse aumento só vem da distribuidora privatizada, já que a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, descartou a possibilidade de aumento nos preços dos combustíveis no Brasil, no curto prazo.

Durante a apresentação dos resultados de 2025 da estatal, nesta sexta-feira (6), Chambriard ressaltou que a situação internacional ainda está muito volátil e precisa ser analisada com calma, antes de uma decisão sobre reajustes nos preços dos combustíveis.

“Nesse momento, a gente se pergunta qual a tendência, onde isso vai ficar, é spike [pico] momentâneo? Esta pergunta ainda não está respondida”, explicou a presidente da Petrobrás.



Refinaria da Bahia foi privatizada por Bolsonaro

O aumento dos combustíveis vem em meio a uma disparada no preço do petróleo, devido aos ataques dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. Com a intensificação do conflito, que já deixou mais de 1300 mortos no Irã e no Líbano, além do risco de fechamento do Estreito de Ormuz, onde passa grande parte da produção de petróleo no mundo, a cotação do barril tipo Brent superou os US\$ 120, pela primeira vez desde abril de 2024. O aumento no preço passa dos 30%.

GASOLINA MAIS CARA DO PAÍS

O reajuste aplicado pela refinaria atingiu diretamente o valor cobrado das distribuidoras e acabou impactando o preço nas bombas. Os percentuais divulgados apontam aumentos expressivos em todos os principais derivados do petróleo.

Em nota, a Acelen informou que a política de preços da refinaria é transparente e baseada em critérios técnicos, alinhados às práticas adotadas no mercado internacional de combustíveis. Com o repasse do reajuste, motoristas já encontram valores elevados em diferentes regiões da capital baiana. Em alguns postos, o preço da gasolina se aproxima da barreira dos R\$ 7, sendo a mais cara do país.

Outro ponto destacado por

representantes do setor de combustíveis é a diferença entre os preços praticados na Bahia e aqueles adotados em regiões abastecidas diretamente pela Petrobrás. Enquanto a refinaria baiana utiliza como referência o mercado internacional para formação de preços, o sistema da Petrobrás segue uma política distinta, o que pode gerar diferenças significativas entre estados vizinhos.

Um exemplo frequentemente citado envolve as cidades de Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco, separadas por uma ponte de cerca de 600 metros. Apesar da proximidade geográfica, o preço da gasolina pode apresentar diferença de aproximadamente R\$ 1,50 por litro entre os dois municípios.

A diferença de preços também preocupa empresários do setor em áreas de rodovias federais. A Bahia possui um território extenso, atravessado por diversas BRs que ligam o estado às regiões Norte, Nordeste e Sudeste, além de fazer fronteira com nove estados.

Diante desse cenário, postos localizados em estradas podem enfrentar maior concorrência com estabelecimentos de estados vizinhos, onde o combustível é abastecido por sistemas com preços diferentes.

Divulgação



Ministra da CT&I, Luciana Santos

MCTI lança política nacional para garantir inclusão de meninas e mulheres na ciência

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lançou, na quinta-feira (5), a Política de Empoderamento de Meninas e Mulheres na Ciência, Tecnologia e Inovação. O anúncio foi feito pela ministra Luciana Santos, durante a cerimônia de entrega do 2º Prêmio Mulheres e Ciência.

“Essa política foi construída ao longo de três anos. Três anos de escuta, diálogo e trabalho coletivo. Ela é uma resposta às demandas da sociedade brasileira, é uma construção democrática”, disse a chefe da pasta.

A iniciativa tem como objetivo consolidar a equidade de gênero, raça, classe e diversidade como eixo estruturante das políticas de maneira transversal e permanente e foi lançada em março em alusão ao mês da mulher. “O desafio não é apenas fazer com que uma menina se veja como uma cientista do futuro. É fazer com que ela persevere, entre na universidade. É é criar as condições para ela permanecer, progredir, liderar e ser reconhecida”, destacou Luciana Santos.

Para a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, um país que não garante a dignidade da população feminina, é um país que limita o seu próprio futuro. “As mulheres, mesmo quando enfrentam desastres, situações de isolamento e sofrimento, sempre se levantam. Andando pelo Brasil, vejo que elas se mobilizam, sonham e têm esperança. É por causa de políticas como essas, que elas fazem isso”, disse.

Entre os destaques da política, há a instituição do Comitê Permanente de Gênero, Raça e Diversidade no âmbito do MCTI. “Estamos instituindo formalmente esse comitê destinado a promover a transversalização da equidade de gênero, raça, etnia e diversidade na formulação, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas e nas práticas institucionais de governança. Essa é uma estrutura crucial para institucionalizar os esforços e garantir que não haja retrocessos”, afirmou Luciana Santos.

Durante todo o mês, será lançada uma série de iniciativas de incentivo feminino na ciência. “Dentro dessa política, estão editais, programas, bolsas e ações afirmativas que garantem recursos, oportunidades e condições concretas para que meninas e mulheres avancem em suas trajetórias”, informou a chefe da pasta da ciência.

Oposição na ALMG quer investigação da corrupção na privatização da Copasa

Parlamentares da oposição ao Governo Romeu Zema (NOVO) iniciaram a coleta de assinaturas para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar denúncias de corrupção e conflitos de interesse no processo de privatização da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais).

O pedido, subscrito por parlamentares de diferentes partidos, prevê a instalação da comissão pelo prazo de 120 dias para apurar “os esquemas e atos de corrupção e demais crimes relacionados à desestatização da Copasa”. A oposição sustenta que há indícios da prática reiterada de corrupção na concessão de contratos de saneamento em vários estados, envolvendo agentes públicos e privados com atuação em Minas Gerais.

A fundamentação do requerimento menciona que Hamilton Amadeo, então presidente do Conselho de Administração da Copasa e ex-CEO da Aegea Saneamento, firmou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Reportagem do UOL revelou que executivos e ex-executivos admitiram “o pagamento de propinas a agentes públicos em pelo menos seis estados e 20 municípios para obter ou manter concessões de água e esgoto”, em um esquema que teria movimentado cerca de R\$ 63 milhões entre 2010 e 2018.

Segundo a mesma reportagem, “Arquiteto da expansão da Aegea, o então presidente da companhia, Hamilton Amadeo, era quem tinha a palavra final sobre os pagamentos de propinas a políticos, segundo ele próprio admitiu. E ainda: “O segundo na hierarquia era Santiago Crespo, então diretor comercial da companhia. Ele e Amadeo são os únicos delatores que deverão cumprir pena de prisão, conforme o acordo de colaboração, após o trânsito em julgado e o fim dos recursos no STJ e no STF”. Até que haja decisão definitiva, a sanção estabelecida é o cumprimento de prisão domiciliar.

90 anos depois, é preciso resgatar o sentido do salário mínimo

CAROLINA MARIA RUY*

Em 90 anos de história, o salário mínimo se mantém como um referencial econômico e das relações de trabalho no Brasil. No entanto, seu sentido original foi sendo esvaziado à medida que o projeto nacional-desenvolvimentista foi abandonado.

A instituição do salário mínimo pela Lei 185, de 14 de janeiro de 1936, foi uma medida importante entre tantas outras criadas no mesmo contexto. Instituído por iniciativa do então presidente Getúlio Vargas, foi concebido para garantir condições dignas de subsistência aos trabalhadores, conforme registrado em seu artigo 1º:

“Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestado, a um salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do país e em determinada época, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.”

A lei entrou em vigor só em 1º de maio de 1940, estabelecendo que o trabalhador deveria receber à época, no mínimo, 240 mil réis (o equivalente a cerca de R\$ 2.438 em valores atualizados). O valor não era unificado, havendo 14 pisos distintos no país. A unificação nacional só ocorreria com a Constituição de 1988.

Além disso, na década de 1940, não havia uma política permanente de reajuste. O mínimo foi corrigido depois da promulgação da CLT, em 1943, mas permaneceu congelado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, marcado por forte repressão ao movimento sindical.

Novos reajustes seriam feitos só a partir de 1951, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em um período marcado por intensas mobilizações sindicais. Um dos episódios mais edificantes da história do salário mínimo se deu nesse período, depois dos desdobramentos da Greve Geral de 1953, quando Vargas nomeou João Goulart como ministro do Trabalho.

Ao assumir, Goulart propôs o reajuste de 100% do salário mínimo. A medida, que causou forte reação da elite empresarial, custaria seu cargo. Ainda assim, o aumento foi anunciado em 1º de maio de 1954, com um processo de valorização do trabalho no Brasil.

Uma reportagem da CNN Brasil (“Salário mínimo já foi R\$ 3.000, antes da ditadura, e caiu a R\$ 500, com hiperinflação”, de Juliana Elias, publicada em 1º de maio de 2023) mostra que: “Em 1957, quando bateu seu recorde, o menor valor que qualquer trabalhador no país deveria ganhar chegou a ser de R\$ 3.050, também considerados os preços de hoje”.

A situação começou a mudar a partir do golpe militar de 1964, que instituiu uma política de arrocho salarial baseada em reajustes abaixo da inflação. Dados do Dieese indicam que o valor real do mínimo caiu cerca de 40% de 1964 a 1974, contribuindo para o aumento da concentração de renda no país.

Com o fim da ditadura, a desvalorização manteve-se como consequência da adoção de políticas econômicas neoliberais. Só em 2004, atendendo a pressão do movimento sindical, o 1º governo de Luiz Inácio Lula da Silva instituiu uma política de valorização destinada a recuperar o poder de compra do mínimo depois de décadas de corrosão. A regra, aplicada até 2019, determinava reajuste anual pela inflação acrescido do crescimento do PIB de 2 anos antes.

Esse mecanismo foi retomado, com alterações, no 3º mandato de Lula, depois de ter sido interrompido pelo governo Bolsonaro de 2020 a 2022.

Mas, mesmo com a política de valorização dos governos petistas, o salário mínimo permanece distante daquele projeto de desenvolvimento nacional das décadas de 1930 e 1950. E isso não diz respeito apenas à desvalorização monetária, mas também ao modelo de política econômica adotado pelo país.

O salário mínimo foi criado como parte de um projeto de civilização e soberania, destinado a estabelecer parâmetros de proteção social e garantir segurança ao desenvolvimento do país. Não foi uma iniciativa isolada.

A partir de 1930, diversas leis foram formuladas para organizar e promover um salto qualitativo no mundo do trabalho. Também foram criadas grandes empresas nacionais –como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobras e a Vale do Rio Doce– e instituições de formação e pesquisa, como o Senai e o IBGE. O desenvolvimentismo daquele período estabeleceu bases estruturais que ainda hoje definem a organização da sociedade brasileira.

A fixação de um piso mínimo capaz de assegurar qualidade de vida ao trabalhador e à sua família buscava inibir, pela força da lei, a mentalidade escravista que ainda predominava até os anos 1930 –enfrentando, desde aquele período, forte resistência das elites econômicas.

Elites que depois de 1964 se beneficiaram da política de arrocho salarial e continuaram pressionando pelo alinhamento com o capitalismo estadunidense, aceitando de bom grado uma posição de dependência econômica e tecnológica.

O ponto de inflexão do projeto nacional-desenvolvimentista, iniciado por Vargas e continuado por Goulart, emergiu nesse contexto de disputa marcado pela Guerra Fria. A partir da década de 1980, o fortalecimento do neoliberalismo no Brasil representou um caminho inverso ao projetado pela Revolução de 1930.

A lógica de mercado passou a orientar o discurso na política, na imprensa e nas universidades, priorizando a estabilidade monetária e o ajuste fiscal em detrimento do bem-estar social. O salário do trabalhador passou, então, a ser tratado menos sob a perspectiva de direitos sociais e mais sob a ótica do controle inflacionário.

Hoje, mesmo com esforços recentes de recuperação, o salário mínimo permanece distante do que determinava a Lei de 1936. Segundo o Dieese, para suprir as necessidades de uma família com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, seu valor deveria ser de aproximadamente R\$ 7.000.

Essa deterioração está inserida em um contexto mais amplo de empobrecimento da população, precarização do trabalho e aumento da desigualdade econômica.

Restaurar o salário mínimo conforme determina a lei exige não só promover aumentos reais (o que é também fundamental), mas resgatar uma estratégia de desenvolvimento nacional voltada à soberania, à civilização e ao fortalecimento da classe trabalhadora –o que implicaria recriar uma realidade mais promissora para os brasileiros.

Carolina Maria Ruy é jornalista e pesquisadora, coordenadora do Centro de Memória Sindical, editora do Rádio Peão Brasil. Integra o Conselho Consultivo da Fundação Maurício Grabois.

8 de Março mobiliza país pelos direitos das mulheres e soberania



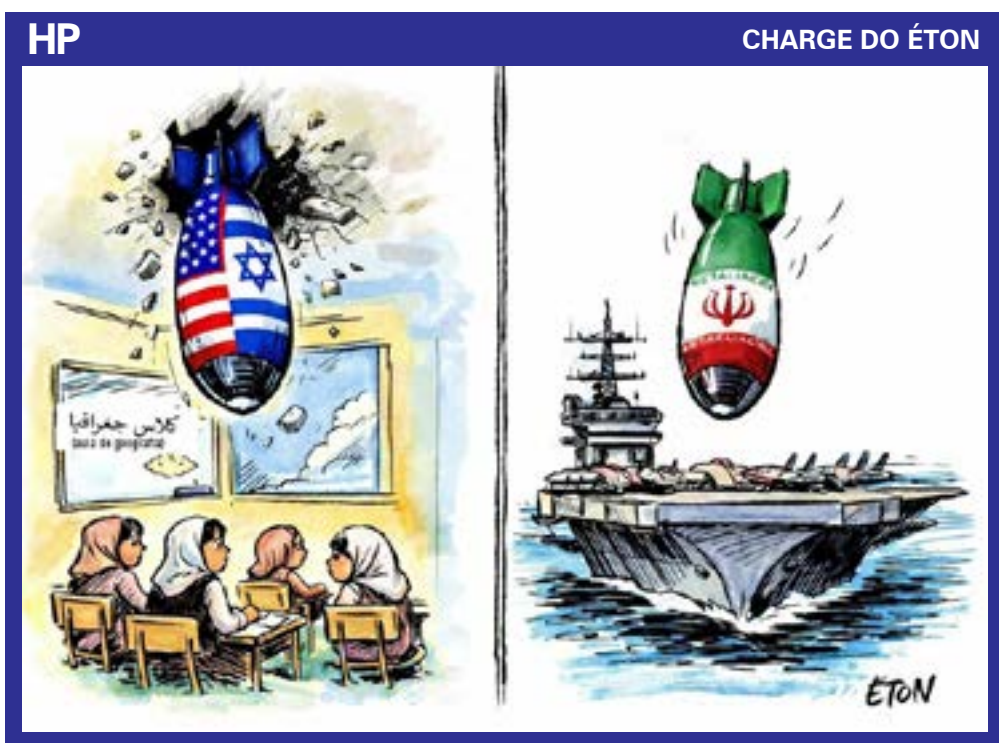
Manifestação pelo Dia da Mulher mesmo sob forte temporal, em São Paulo



Protesto no Recife reuniu entidades que denunciaram as barbaridades de Trump



Em Porto Alegre, manifestantes defenderam o fim da escala 6x1 e jornada menor



Movimentos sociais denuncia violência, desigualdade e ameaças internacionais

Manifestantes foram às ruas de todo o país neste 8 de Março – Dia Internacional das Mulheres na luta pelo fim da violência e feminicídios, por igualdade salarial, contra a escala e 6×1 e em defesa da soberania dos povos.

Ao menos 18 capitais, além de outras cidades brasileiras, tiveram protestos neste domingo. Os atos, convocados pelos movimentos sociais e partidos políticos, mobilizaram milhares de pessoas em defesa dos direitos das mulheres brasileiras.

A presidente da Federação das Mulheres Paulistas (FMP), Keila Pereira, destacou a necessidade de ir às ruas para lutar “por melhores condições de vida e de trabalho”. E ressaltou que num momento de ameaças de Trump contra outras nações, é fundamental ressaltar a solidariedade com as vítimas dos ataques.

“Essas bandeiras precisam continuar na rua, principalmente num momento que a gente tem uma situação de mulheres e crianças sendo assassinadas de maneira covarde por Israel, pelos Estados Unidos, seja na Palestina, seja no Irã”, disse ao HP.

Keila, que é uma importante liderança comunitária e do movimento de mulheres, destacou ainda que as mulheres foram às ruas em defesa da vida. “Aqui no Brasil e, em especial em São Paulo, temos uma situação de aumento da violência, aumento dos casos de feminicídio, ao mesmo tempo em que existe uma completa na negligência do governo Tarcísio com a defesa das vítimas”, destacou.

“Os cortes de orçamento na Secretaria de Segurança, nas políticas de prevenção à violência contra a mulher, que no caso de São Paulo isso realmente aconteceu, são ataques inadmissíveis contra as mulheres”, disse.

“É uma luta que persiste na necessidade das mulheres da gente continuar lutando por melhores condições de trabalho, de vida, por assistência à maternidade e hoje especialmente pela paz e pela soberania dos povos”, completou Keila.

Mesmo com chuva forte na região central da capital paulista, manifestantes permaneceram no ato, muitos usando capas de chuva e guarda-chuvas.

“Estamos aqui na Paulista, embaixo de muita chuva para protestar contra os feminicídios e toda forma de violência contra as mulheres. Estamos na luta por respeito e pela valorização de todas as mulheres”, disse Kátia Rodrigues, do Sindicato dos Servidores de São Paulo (SIS-PESP), durante o ato.

ATOS PELO PAÍS

Em Campinas, o 8M teve como mote a defesa da vida das mulheres, contra o imperialismo, por democracia, soberania popular, pelo fim da escala 6×1 e fora Trump, Tarcísio e Dário, prefeito bolsonarista do município.

O ato aconteceu na parte da manhã com uma caminhada do Largo do Rosário ao Largo do Pará, no centro da cidade, puxada ao ritmo de samba do Bloco “Vai pra Cuba” e em unidade das forças políticas e entidades progressistas do município, contando com a presença da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Federação das Mulheres Paulistas (FMP).

No Rio de Janeiro milhares de mulheres ocuparam a orla de Copacabana. O protesto aconteceu no mesmo bairro onde, há poucas semanas, uma adolescente de 17 anos foi vítima de um estupro coletivo.

Durante a manhã, integrantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) também realizaram um ato simbólico na praia. Sob o tema “Parem de nos matar”, mulheres fincaram cruzes na areia em referência às vítimas de feminicídio.

Segundo o estudo “Retrato dos Feminicídios no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais de 1,5 mil feminicídios foram registrados no Brasil no ano passado, o maior número da série histórica.

Desde 2015, quando a lei que tipifica o feminicídio foi sancionada, o país já registrou cerca de 14 mil casos.

Na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, centenas de pessoas participaram do ato que teve início na Praça Raul Soares. Além da denúncia da violência de gênero, a mobilização também incorporou críticas às políticas do governo de Romeu Zema (Novo). Durante o ato, manifestantes entoaram gritos de “Fora Zema”.

Entre as participantes estava Paula Dornelas, militante do Movimento de Mulheres Olga Benário e integrante da coordenação da Casa Tina Martins, espaço conhecido pela atuação no acolhimento de mulheres em situação de violência. Para ela, a presença nas ruas é uma ferramenta de pressão política.

Para Paula, enfrentar a violência contra mulheres passa também por questões econômicas e sociais. “Hoje as mulheres recebem cerca de 25% a menos que os homens fazendo o mesmo trabalho, e essa desigualdade é ainda maior quando falamos das mulheres negras. Como uma mulher sai de uma situação de violência se o salário não paga o aluguel, se a cesta básica está cara e se não tem creche para deixar os filhos?”, questionou ao jornal Estado de Minas.

No Distrito Federal, sindicatos, movimentos sociais e coletivos feministas se reuniram no Eixo Cultural Ibero-Americano (antiga Funarte) para denunciar o aumento da violência contra mulheres e defender políticas públicas de proteção. Entre as pautas do ato estão o combate ao feminicídio, o fim da escala de trabalho 6×1 e a ampliação da rede de atendimento às vítimas de violência.

Durante a manifestação, a presidenta da União Brasileira de Mulheres no Distrito Federal (UBM-DF), Maria das Neves, afirmou que o país vive uma situação de emergência diante do crescimento dos assassinatos de mulheres. “Estamos nas ruas para dizer que o Brasil vive uma calamidade pública. A cada 24 horas, quatro mulheres são assassinadas no país. O nosso grito é pela vida de meninas e mulheres”, declarou.

Em Santa Catarina, protestos foram convocados em cinco municípios: Blumenau, Caçador, Chapecó, Joinville e a capital Florianópolis. O estado registrou 52 feminicídios em 2025 e um dado ainda mais alarmante: foram pedidas 30 mil medidas protetivas. Os dados são Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Em Florianópolis, capital do estado, o ato percorreu o centro da cidade.

Em Porto Alegre, o ato aconteceu no centro histórico da capital gaúcha, com início na Praça dos Açorianos. O número de atendimentos a mulheres em situação de violência alcançou 25.724 notificações na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS).

Em Maceió, capital de Alagoas, a manifestação foi marcada para às 8h na Praça 7 Coqueiros, na orla da cidade.

Em Salvador, o ato saiu do Morro do Cristo e foi até a orla do Porto da Barra. De acordo com o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), vinculado ao Ministério da Justiça, 103 mulheres foram assassinadas na Bahia em 2025, sendo mais de 80% das vítimas são mulheres negras, jovens e trabalhadoras.

A Avenida Paulista, um grupo de bolsonaristas tentou provocar um tumulto com ofensas direcionadas às mulheres. De acordo com a Rádio CBN, eles carregavam imagens do ex-presidente Jair Bolsonaro e do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A Guarda Civil Metropolitana foi acionada e utilizou spray de pimenta para dispersar o grupo.



Trump com serviçais da América Latina

Trump reúne Milei e outros capachos na tentativa de submeter a América Latina

O ditador Donald Trump sabe que os EUA estão em decadência, não produzem mais nada e perderam a influência econômica na América Latina para outras economias mais dinâmicas, principalmente para a China. Por isso, resolveu criar um grupo de serviçais chamado “Escudo das Américas”. O Brasil corretamente decidiu não participar do encontro realizado neste fim de semana. Aliás, nem chegou a ser convidado. Certamente eles sabiam que Lula não aceitaria.

A única coisa que a Casa Branca tem a oferecer aos países do continente são as ameaças tarifárias e planos de agressão para roubar suas riquezas, como fez recentemente na Venezuela. Mesmo deixando claro que seu objetivo é transformar a América Latina em quintal dos EUA, alguns capachos da região aceitaram seu convite para participar da cúpula da bajulação.

A presença de Milei e Bukele dá ao encontro um perfil nítido dos bajuladores. São figuras associadas a uma agenda de extrema-direita fascista, com forte discurso de submissão às ordens de Trump e perfeitamente passíveis de transformar o continente no quintal dos EUA. Os bolsos certamente estariam participando se estivessem no governo. Eles disputam quem é mais capacho de Trump.

INVERTEBRADOS

Os participantes do encontro são tão invertebrados – como todo fascista da periferia do sistema – que podem servir, e adorariam servir, como bucha de canhão nas guerras de agressão de Trump. Em janeiro, a ditadura Trump invadiu a Venezuela, um país soberano, e sequestrou Maduro e sua esposa sob o pretexto de reprimir o tráfico de drogas.

Apesar de usar um suposto combate ao narcotráfico, o objetivo real de Trump é tentar afastar a China, principal parceiro comercial dos maiores países do continente. Isso ficou claro na fala do falastrão da Casa Branca. Embora não tenha mencionado diretamente a China, Donald Trump afirmou que os Estados Unidos não permitiriam que “influência estrangeira hostil” ganhasse espaço no Hemisfério Ocidental, incluindo o Canal do Panamá.

Em declínio econômico, seu objetivo é tentar criar uma cortina de ferro entre a América Latina e a China. O “Escudo das Américas” foi criado em Doral, Flórida, num campo de golfe de propriedade de Trump, anunciando o lançamento da “aliança” que ele chamou de Escudo das Américas e que tem como pretexto um suposto combate aos cartéis de drogas. O mesmo pretexto usado para sequestrar o presidente Maduro e roubar o petróleo da Venezuela.

Alguns setores da imprensa brasileira tentaram inutilmente desgastar a figura do presidente Lula fazendo um grande barulho, de que ele não tinha sido convidado. Como se isso fosse ruim. Ainda bem que Lula não foi convidado, assim como a presidente do México, Claudia Sheinbaum e da Colômbia, Gustavo Petro. Eles, que não são serviçais e, certamente, não se submeteriam a tamanho vexame.

Em Doral, Trump assinou a declaração para estabelecer o “Escudo das Américas”, com os governos capachos da Argentina, Bolívia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Trinidad e Tobago, além do presidente eleito do Chile, segundo o Financial Times.

Em seu discurso mentiroso, Trump acusou líderes latino-americanos de “colocar grandes extensões de território no Hemisfério Ocidental diretamente sob o controle de gangues transnacionais” e enfatizou que “não deixaremos isso continuar.” Ele sugeriu que os Estados Unidos poderiam usar mísseis para atacar líderes de cartéis de drogas, se solicitados pelos países parceiros.

“A única maneira de derrotar esses inimigos é liberar nosso poder militar, devemos usar nosso exército, você deve usar seu exército”, disse Trump, numa clara intenção de militarizar a região e aumentar os conflitos e as guerras. Trump citou especificamente o México como um suposto centro das atividades dos cartéis de drogas e reclamou que, sempre que oferecia ajuda para erradicar grupos criminosos no México, Sheinbaum sempre dizia “não, não, não, por favor.”

Trump já havia ameaçado usar unilateralmente força militar no México, emitiu um alerta semelhante no dia 7, afirmando que os cartéis de drogas do México “contribuíram e criaram muito derramamento de sangue e caos no Hemisfério Ocidental, e que o governo dos EUA tomará todas as medidas necessárias para defender nossa segurança nacional.”

Além disso, Trump previu grandes mudanças políticas em Cuba, afirmando que o país está “muito próximo do fim.” Um discurso arrogante e imperialista sem disfarce. Em uma postagem nas redes sociais, a Casa Branca descreveu a cúpula como uma “reunião histórica para consolidar a doutrina de Don Roe também conhecida como Corolário Trump à Doutrina Monroe.” A formação de uma aliança de aliados ideológicos na América Latina faz parte da “Doutrina Monroe”.

Bombas de Israel matam 84 crianças em uma semana, denuncia Unicef



Destruição por bombas israelenses lançadas contra a capital Beirute

Ato em Londres toma frente da embaixada dos EUA contra ataques de Trump e Netanyahu ao Irã

Milhares de manifestantes marcharam de Millbank, no centro de Londres, até a embaixada dos EUA em Vauxhall. Eles exigem que Israel e os EUA parem de atacar o Irã.

Grupos como Campanha pelo Desarmamento Nuclear, Stop The War, Campanha de Solidariedade Palestina, Associação Muçulmana da Grã-Bretanha, Fórum Palestino na Grã-Bretanha, e Amigos de Al-Aqsa lideraram a marcha até a embaixada americana.

“Nós somos o povo! Não seremos silenciados! Parem o bombardeio agora, agora, agora, agora!” gritaram os manifestantes. E alguns carregaram cartazes com dizeres: “Parem as Guerras de Trump”, “Parem a Guerra contra o Irã”, “Parem de Armar Israel” e “Não à guerra contra o Irã”.

Muitos manifestantes carregavam bandeiras



Manifestantes ocupam ruas de Londres contra agressão

do Irã e da Palestina e do líder iraniano assassinado no primeiro dia de guerra, Ali Khamenei. “Naquela época (em 2003), nos disseram que o Iraque tinha armas de destruição em massa. Disseram-nos que a guerra traria paz e democracia”, disse Zahrah Sultana, membro do parlamento britânico pelo partido ‘Your Party’ (Seu Partido).

“Nos disseram que a guerra protegeria os

iraquianos e protegeria o mundo, mas a verdade era muito diferente”, ela disse. “E há 23 anos, quando marchamos contra a guerra do Iraque, fomos ignorados.”

“Não seremos ignorados novamente, porque a história provou que eles estavam certos, e hoje, levantamos nossas vozes pela paz, pela justiça e por um mundo onde os governos aprendem as lições do passado”, disse a parlamentar britânica.

Susan Sarandon é perseguida em Hollywood por condenar o massacre de Israel em Gaza

Durante seu discurso na cerimônia do prêmio Goya, em Barcelona, a atriz Susan Sarandon denunciou que foi boicotada nos estúdios cinematográficos de Hollywood após se posicionar contra a agressão de palestinos em Gaza e defender um cessar-fogo no conflito. A vencedora do Oscar pelo filme Os Últimos Passos de um Homem (1995) relatou que já em 2023 foi desligada da agência que a representava, e que, desde então, ficou praticamente sem oportunidades na indústria cinematográfica norte-americana.

“Fui demitida pela minha agência, especificamente por protestar e me posicionar sobre Gaza, por pedir um cessar-fogo. Passou a ser impossível até mesmo fazer aparições na televisão. Não sei se isso mudou recentemente. Eu não conseguia fazer nenhum grande filme ou qualquer coisa ligada a Hollywood”, revelou.

Em meio às dificuldades que enfrentava nos Estados Unidos, Susan assinalou que passou a trabalhar na Europa.

TRABALHO NA ITÁLIA

“Acabei de fazer um filme na Itália e fiz uma peça de teatro no Old Vic (em Londres) por vários meses. Conheço um diretor italiano que me contratou; disseram a ele para não me contratar, então isso ainda é algo recente. Ele não deu ouvidos, mas essa conversa existiu. Agora,



Susan Sarandon recebe prêmio Goya em Barcelona

eu meio que me especializo em filmes pequenos, com cineastas que nunca dirigiram antes, em produções independentes.”

A atriz frisou que tem mais liberdade intelectual na Espanha do que nos Estados Unidos.

“Em um lugar onde você sente repressão e censura, ver a Espanha, ver o presidente e o que ele diz, e o apoio que está dando sobre Gaza, e ter atores como Javier Bardem se posicionando de forma tão forte, é muito importante para nós nos Estados Unidos. Não consigo explicar, quando você liga a TV e vê como a Espanha é firme e como vocês são claros moralmente sobre essas questões, isso faz você se sentir menos sozinho e faz você sentir que há esperança, porque simplesmente não se ouve isso na televisão nos EUA”, afirmou.

SANÇÕES A ISRAEL

O governo da Espanha, liderado pelo primeiro-ministro Pedro Sánchez, anunciou já em setem-

84 crianças foram mortas no Líbano pelos bombardeios israelenses, que estenderam ao país a guerra de agressão desencadeada pelo eixo EUA-Israel contra o Irã

A denúncia partiu da agência da ONU para a Infância, a Unicef, em comunicado divulgado nesta segunda-feira (9). “Em média, mais de 10 crianças foram mortas todos os dias em todo o Líbano na última semana, com aproximadamente 36 crianças feridas por dia”, denunciou a organização.

Nos últimos 28 meses, foram 329 crianças mortas e 1.632 feridas no Líbano. Números que a Unicef classificou de “impressionantes” e “um testemunho contundente do impacto que o conflito está tendo sobre as crianças.”

DESLOCADOS

Sob os bombardeios e as criminosas ordens de evacuação decretadas pelos fascistas israelenses, quase 700 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas em menos de uma semana, muitas delas forçadas a sobreviver ao relento.

Entre elas, cerca de 200 mil crianças, denunciou a agência da ONU, alertando sobre as condições precárias a que estão sujeitas e a urgência da ajuda humanitária.

A Unicef conclamou todos os lados envolvidos no conflito a respeitarem as normas do direito humanitário internacional e garantirem a proteção dos civis. O que, em se tratando de Tel Aviv e Washington, certamente cairá em ouvidos moucos.

Agência da ONU chamou a “reduzir a escalada da situação e evitar novos danos às crianças”, reiterando ser imprescindível preservar escolas, abrigos e outras estruturas usadas pela população civil.

Em paralelo, a principal organização norte-americana de direitos humanos, a Human Rights Watch (HRW), afirmou que forças israelenses utilizaram fósforo branco sobre áreas habitadas no sul do Líbano na atual escalada, em violação das leis de guerra e do direito internacional humanitário.

Imagens analisadas pela HRW mostram que o material foi disparado sobre

zonas residenciais da localidade de Yohmor, provocando incêndios em residências, segundo a Al Jazeera. Sete fotografias verificadas pela organização mostram munições contendo fósforo branco sendo disparadas sobre bairros residenciais da cidade libanesa no dia 3 de março.

“Os efeitos incendiários do fósforo branco podem causar morte ou ferimentos cruéis que resultam em sofrimento por toda a vida”, afirmou o pesquisador da HRW para o Líbano, Ramzi Kaiss.

De acordo com o relatório, o formato da nuvem de fumaça observada nas imagens corresponde ao padrão conhecido como “knuckle”, típico da explosão das cargas de expulsão presentes nos projéteis de artilharia da série M825, calibre 155 mm, que contém fósforo branco.

A investigação inclui verificação da autenticidade das imagens e sua geocalização, o que reforçou a conclusão de que o material foi utilizado contra áreas com presença de civis.

ATAQUE A BEIRUTE

O êxodo, que já se expandia por todo o sul do Líbano e tirou 84 mil de suas casas na região sul, agora inclui milhares de moradores da capital, Beirute, informou a TV libanesa Al Manar. Os bairros atingidos pelas bombas de de Netanyahu são Ghoheiri, Jammous, Musharafieh e Haret. Além disso, a razia israelense atingiu a cidade de Brital no vale do Bekaa.

A agressão israelense ao Líbano já matou 102 pessoas e feriu outras 638, informou o Centro de Operações de Emergência de Saúde Pública do Líbano nesta quinta-feira (5). O exército agressor estendeu a ordem de deportação aos moradores dos subúrbios do sul da capital, meio milhão de pessoas.

A jornalista Rania Khalek, do BreakThrough News, disse que Israel “está tentando esvaziar grandes partes do país”, e especulou que isso estava sendo feito de forma a maximizar o caos no terreno.

Pacto Histórico, do presidente Gustavo Petro, vence no parlamento e se fortalece na Colômbia

As forças patrióticas do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, venceram as eleições para o Congresso, se consolidando como a principal força política do país. No total, o Polo Patriótico somou 4.203.192 votos (22,86%) – superando os 2,8 milhões de quatro anos atrás – e alcançando 25 das 100 cadeiras do Senado – um aumento significativo em comparação com as 20 cadeiras antes conquistadas.

Mais dois assentos são eleitos pelo círculo eleitoral nacional especial para as comunidades indígenas, cinco são atribuídos ao partido Comunes (antigas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (como parte do acordo de paz) e um corresponde ao candidato presidencial que ocupar o segundo lugar nas votações presidenciais.

O movimento de Petro foi seguido pelo Centro Democrático com 2.881.793 votos (15,67%) e 17 cadeiras. O Partido Liberal alcançou 2.150.998 votos (11,7%) e 13 cadeiras, enquanto a Aliança pela Colômbia – para onde converge a Aliança Verde – alcançou 1.809.242 votos (9,84%) e 11 cadeiras. A lista de partidos que alcançaram o coeficiente é integrada pelo Partido Conservador (1.759.967 votos, 10 cadeiras), Partido Social de Unidade Nacional (1.470.866 votos, oito cadeiras), Coalisão Mudança Radical-ALMA (1.191.333 votos, sete cadeiras), Agora Colômbia (863.859 votos, cinco cadeiras) e Movimento de Salvação Nacional (669.888

votos, quatro cadeiras). Pela primeira vez em décadas, o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) não conseguiu ser eleito, embora o seu partido, o Centro Democrático, tenha obtido 17 cadeiras. O ex-vice-presidente Germán Vargas Lleras (que este com Juan Manuel Santos do início do governo em 2014 até sua renúncia em 2017) também sofreu um revés: Cambio Radical reduziu sua presença no Congresso ao obter 7 cadeiras, abaixo das eleições anteriores.

Ângelica Lozano, esposa da candidata presidencial Claudia López e uma das vozes mais críticas ao governo Petro, ficou de fora do Senado, assim como Katerin Miranda, que aspirava uma vaga na Câmara dos Deputados. A derrota se soma à decisão do partido de não dar a Lozano a cabeça de lista na consulta interna, que perdeu para Luis Eduardo “Lucho” Garzón.

O candidato presidencial do Polo Patriótico, Iván Cepeda, apontou que esta será a segunda metade do projeto político de desenvolvimento e soberania. “Com uma bancada forte e comprometida iniciaremos uma nova etapa de transformações. Aprofundar as mudanças não é extremismo, nem significa dividir o país, significa torná-la apenas mais justa, mais próspera e mais humana”, afirmou. De acordo com Iván Cepeda, o objetivo é transformar a Colômbia em “uma potência mundial da vida”.

Ataque dos EUA a navio iraniano desarmado “repete a Alemanha nazista”, diz Teerã

O ataque com torpedo dos Estados Unidos a uma fragata iraniana nas imediações de Sri Lanka, que participara desarmada de exercícios navais a convite da Índia a milhares de quilômetros do Golfo Pérsico, que matou covardemente 87 marinheiros na segunda-feira (2) “lembra a Alemanha nazista”, afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Saeed Khatibzadeh. Ele reiterou que o ataque “não ficará impune”.

Como apontou o chefe da diplomacia iraniana, Abbas Araghchi, tratou-se de “uma atrocidade no mar”. A fragata Dena estava retornando da Índia após participar da Revisão Internacional da Frota 2026 em Visakhapatnam, um evento naval multinacional com a presença de frotas de dezenas de países, inclusive também os EUA.

A Dena foi torpedeada quando estava a 40 milhas náuticas da cidade de Galle, no sudoeste de Sri Lanka, a milhares de quilômetros da zona de guerra.

SEM HONRA

Em entrevista à RT, o ex-secretário de Relações Exteriores da Índia, Kanwal Sibal, afirmou que o ataque dos EUA a um navio iraniano que retornava de um exercício naval organizado pela Índia – e portanto desarmado – foi uma “flagrante violação” das normas marítimas internacionais.

A Marinha e a Força Aérea do Sri Lanka, com assistência da Marinha Indiana, realizaram uma grande operação de resgate, salvando 32 marinheiros. Atacar o navio desarmado que retornava do exercício naval no Oceano Índico era “desnecessário”, disse Sibal.

“Eles [os EUA] sabiam que o navio estava lá. Eles tinham o avião capaz de vigilância. E então eles se posicionam em um ponto para garantir que a fragata fosse afundada. Não há nada para se gabar”, disse ele. “Se eles quisessem atacá-lo, poderiam ter feito isso quando estava perto do Irã, onde a guerra está acontecendo,” acrescentou.

A Índia havia convidado uma série de países, incluindo os EUA e o Irã, para seu exercício naval bienal MILAN. A Marinha dos EUA participou dos exercícios com uma aeronave de patrulha marítima e reconhecimento (MPRA) P-8A Poseidon do Esquadrão de Patrulha, segundo um relatório oficial.

Sibal disse que os navios não vêm armados para os exercícios. “Então, não é como se o navio iraniano estivesse armado até os dentes. É um pouco constrangedor para a Índia, já que fomos os anfitriões [dos exercícios navais]”, disse ele.

O ataque também violou as normas marítimas internacionais, que estipulam que, mesmo em um cenário de conflito, marinheiros em perigo devem ser resgatados do ponto de vista humanitário, afirmou.

O repórter do Drop Site News, Ryan Grim, denunciou que, além de torpedear um barco indefeso, os EUA também não ajudaram a resgatar nenhum dos homens naufragados por seu ataque.

“A Marinha do Sri Lanka ficou encarregada de tirar os corpos mortos da água”, assinalou Grim. “Tenho dificuldade em pensar em qualquer outra nação ao longo da história que faria algo tão covarde e desprezível. Estamos genuinamente em uma liga à parte, e a mídia americana é profundamente cúmplice.”

“DUPLO TOQUE”

“Depois que a Dena foi atingida pelo torpedo, o submarino dos EUA a atacou novamente para garantir que afundasse e que as vidas fossem perdidas. E então eles divulgaram [o ataque] na mídia internacional. Não acho que isso seja mérito dos EUA”, disse Sibal.

Para o ex-diplomata, o ataque a uma embarcação desarmada que retorna de exercícios navais liderados pela Índia coloca Nova Délhi em uma posição desconfortável.

EUA perderam 92.000 vagas de trabalho em fevereiro

O Bureau de Estatísticas do Trabalho (BLS, na sigla em inglês) em seu relatório sobre emprego divulgado na sexta-feira (6) revelou que, ao invés de um ganho líquido de 50.000 vagas, previsto pelos especialistas, foram cortados 92.000 empregos em fevereiro.

Um resultado que contradi as declarações de Trump de que o país está numa pujança nunca vista, a oito meses das eleições intermediárias de novembro.

O relatório também revisou para baixo os empregos criados em janeiro, de 130.000 para 126.000 – 4.000 a menos que o informado inicialmente. Por ainda na revisão de dezembro, em que um ganho previamente reportado de 50.000 virou uma perda de 17.000 vagas. A taxa de desemprego subiu para 4,4%.

As revisões fazem de 2025 o primeiro ano com cinco meses de perda líquida de empregos desde 2010. É também o segundo pior resultado desde 2020 (apenas o choque de outubro, me-

nos 140.000, foi pior).

No último trimestre de 2025, o crescimento do PIB freara para 1,4% anualizado, sinalizando economia em desaceleração.

A confluência do péssimo relatório sobre geração de empregos com a alta do preço do barril de petróleo, provocada pela guerra de agressão do eixo EUA-Israel ao Irã, levando o The Wall Street Journal a falar de “Um Ataque de Pânico Econômico na Sexta-feira”, acrescentando o questionamento: “um relatório ruim de empregos e a alta dos preços do petróleo são sinais de problemas à frente?”.

Em outra chamada, o WSJ registrou que “os Estados Unidos se preparam para o choque de petróleo em quanto a guerra do Irã estrangula o suprimento”: “o conflito com o Irã interrompeu uma rota chave de transporte de energia, fazendo com que o petróleo bruto dos EUA atingisse seu aumento semanal mais rápido desde 1983 e alimentando preocupações com recessão”.

Presidente Putin declara apoio ‘inabalável aos amigos iranianos’



Putin desejou sucesso a Mojtaba Khamenei nas “difíceis tarefas que virão” (Redes Sociais)

Irã destrói principais radares dos EUA no Oriente Médio, admitem CNN e NYT

The Wall Street Journal, a CNN e The New York Times admitiram que o Irã destruiu os principais radares dos EUA no Oriente Médio, como já vinha afirmando Teerã, efetivamente, “cegando” o sistema norte-americano de interceptação de mísseis e drones com que Teerã reage à agressão desencadeada, traiçoeiramente, no último dia de fevereiro, e que completou uma semana.

Assim, o WSJ revelou que os EUA estão buscando “substituir mais rapidamente” o radar do sistema de defesa antimíssil THAAD na Jordânia, que foi danificado durante um ataque iraniano, citando uma fonte do Pentágono.

“EUA estão se apressando para substituir o radar THAAD na Jordânia, que foi danificado por um ataque de drone”, registrou o porta-voz de Wall Street, que acrescenta que o radar é “um componente crítico” do sistema.

Análise semelhante foi feita pelo NYT. De acordo com especialistas, os radares destruídos formam o núcleo crítico da BMD (Defesa contra Mísseis Balísticos) dos EUA no Oriente Médio.

Assim, foram destruídos dois radares NA/TPY-2, respectivamente instalados Base Muwaffaq Salti, na Jordânia, e na Base Aérea Al Ruwais, nos Emirados Árabes. Imagens de satélite divulgadas pela Airbus confirmaram o impacto no radar em Salti.

Cada radar desses custa mais de US\$ 1 bilhão e no máximo um ou dois são fabricadas por ano. Também foram destruídos, ou fortemente avariados, outros radares norte-americanos, do tipo AN-FPS-132.

RADAR THAAD CARBONIZADO

A CNN confirmou que bases de interceptores dos EUA foram “atingidas na Jordânia e Emirados Árabes” e reproduziu uma imagem de satélite tirada em 2 de março de 2026, pela Airbus, que “mostra destroços ao redor de um radar THAAD carbonizado na Base Aérea de Muwaffaq Salti, na Jordânia”.

“O radar é um elemento crucial para o sofisticado sistema de interceptação de mísseis, usado para atingir e destruir mísseis balísticos em seu voo em direção ao alvo, acrescenta a CNN. Os EUA operam “oito baterias THAAD, enquanto os Emirados Árabes Unidos operam duas e a Arábia Saudita uma”. A CNN sublinha que o radar destruído fica na Jordânia, “a mais de 800 quilômetros do Irã”.

“A imagem mostra um par de crateras de 4 metros na areia perto do radar, sugerindo que podem ter sido necessárias várias tentativas para atingir o sistema, que está dividido em cinco reboques de 12 metros. Todos pareciam estar destruídos ou seriamente danificados”, continua a CNN.

“O radar e a bateria THAAD estavam em Muwaffaq desde pelo menos meados de fevereiro e parecem ter sido atingidos em 1º ou 2 de março. A base era um centro de atividades para os Estados Unidos. Em imagens de saté-



Radar THAAD dos EUA destruído pelo Irã na Jordania (Imagem de satélite de 2 de março/Airbus via CNN)

lite capturadas antes do início dos combates, mais de 50 caças podiam ser vistos na pista, juntamente com drones e aeronaves de transporte. Dezenas de hangares provavelmente abrigavam mais aviões, ocultos da visão do satélite.”

MAIS SUCATA FUMEGANTE

Segundo a CNN, pode não ser o único radar THAAD atingido nos primeiros dias da guerra com o Irã. “Pelo menos três edifícios em uma instalação militar perto de Ruwais e quatro em uma instalação em Sader, ambas nos Emirados Árabes Unidos, foram danificados entre 28 de fevereiro e 1º de março. Galpões para veículos usados para armar sistemas de radar para baterias THAAD em ambos os locais estavam entre os edifícios atingidos.”

“A CNN determinou que esses dois locais abrigavam baterias e radares THAAD com base em uma análise de imagens de satélite que mostraram sua presença em Sader e Ruwais já em 2016 e 2018, respectivamente. Nas imagens, componentes dos sistemas de radar podem ser vistos regularmente do lado de fora dos galpões de veículos.”

NR Jenzen-Jones, especialista em munições e diretor da empresa de pesquisa Armament Research Services (ARES), classificou a perda como significativa.

“O radar AN-TPY/2 é essencialmente o coração da bateria THAAD, permitindo o lançamento de mísseis interceptores e contribuindo para uma imagem de defesa aérea em rede”, disse ele. “Além disso, é um equipamento incrivelmente caro. A perda de um único radar desse tipo seria um evento operacionalmente significativo. É provável que uma unidade de substituição tenha que ser redistribuída de outro local, o que exigirá tempo e esforço.”

O THAAD possui uma ampla zona de engajamento, portanto, pode ser usado para proteger uma vasta área, disse Jenzen-Jones. “No entanto, ele também precisa ser integrado a outros sistemas de defesa antimíssil balístico e aérea, como o Patriot, para garantir uma boa cobertura contra diferentes tipos de ameaças e fornecer alguma proteção à própria bateria”, acrescentou.

O F-15 EM QUEDA LIVRE

A cena do F-15 norte-americano desabando em queda livre, após ser atingido, retratou emblematicamente o colapso do que deveria ser a impune instauração de uma “guerra desde os céus” contra o Irã pelo Eixo EUA-Israel-Trump-Netanyahu, após o assassinato com mísseis do líder máximo Ali Khamenei, em uma agressão ilegal, imoral e não provocada – e desencadeada depois de uma década de sanções brutais.

Depois se soube que não foi um F-15 que caiu, foram pelo menos três – e é questionável que haja sido pelo “fogo amigo” em si e não pela ação iraniana com mísseis e drones, como afirmou Teerã. Mesmo que haja sido “fogo amigo”, ocorreu diante da incapacidade de lidar com a saturação da defesa com enxurradas de drones e mísseis.

Assim, a chacina tentada contra o povo iraniano e sua revolução não está sendo a moleza com que deliravam Trump, Netanyahu, Rubio e Hegseth. Ao invés disso, o Irã reage com novas ondas da sua operação Promessa Verdadeira 4 e faz chover mísseis e drones nas bases dos EUA no Oriente Médio e no enclave de apartheid e fascismo que atende pelo nome de Israel.

A Guarda Revolucionária Islâmica também anunciou que pôs para correr o porta-aviões Abraham Lincoln, que foi forçado a se retirar na direção do Oceano Índico, para 1000 quilômetros de distância, após saraivada de mísseis e drones depois que tentou se aproximar do litoral iraniano. O que repete fuga semelhante desse porta-aviões no ano passado nas costas do Iêmen.

O Estreito de Ormuz, por onde passa 25% do fornecimento mundial de petróleo e gás, está fechado, e mais de 1000 petroleiros lançaram âncoras: a agressão americano-israelense já causou uma alta de 10% no preço do barril de petróleo e disparou o custo do gás na Europa. Os preços da gasolina nos Estados Unidos atingiram uma média de \$3,41 por galão no sábado, representando um aumento de 14% em uma semana.

Leia mais no site do HP

“A Rússia tem sido e continuará sendo um parceiro confiável da República Islâmica”, ressaltou o presidente Putin ao novo líder Mojtaba

Presidente russo, Vladimir Putin, declarou apoio ao novo líder supremo iraniano, Seyed Mojtaba Khamenei, filho do anterior líder Supremo do Irã, Ali Khamenei, de 86 anos, assassinado pelas forças dos EUA e de Israel no primeiro dia de ataques contra o Irã. “Gostaria de reafirmar nosso apoio inabalável a Teerã e nossa solidariedade com nossos amigos iranianos”, enfatizou o líder russo.

Putin também classificou o assassinato de Ali Khamenei com uma “violação cínica de todas as normas de moralidade humana e direito internacional”. A esposa de Mojtaba Khamenei, Zahra Haddad-Adel, um de seus filhos e a neta Zahra, também foram mortos no ataque em 28 de fevereiro.

“Agora, enquanto o Irã enfrenta uma agressão armada, seu trabalho neste alto cargo, sem dúvida, exigirá grande coragem e abnegação. Tenho certeza de que o trabalho de seu pai continuará com honra e terá sucesso em unir o povo iraniano diante de duras provações”, disse o presidente russo. “A Rússia

tem sido e continuará sendo um parceiro confiável da República Islâmica”, disse.

A nomeação do filho de Khamenei foi uma mensagem ao presidente americano, Donald Trump, que em meio aos bombardeios contra o Irã, massacrando indiscriminadamente civis e destruindo residências, declarou que o próximo líder iraniano deveria ter sua aprovação, e ainda fez ameaças de morte caso seja contrariado.

“Se você não entender, não vai durar muito”, ameaçou Trump, em seu estilo cowboy.

Mojtaba Khamenei tem ligações com a ala militar, a Guarda Revolucionária iraniana, o exército da República Islâmica. Ele fez parte de uma unidade de combate durante a guerra do Irã contra o Iraque nos anos 80.

Putin se somou a todas as declarações de pesar e reconhecimento e disse que Ali Khamenei será lembrado como “uma figura política notável que deu uma enorme contribuição para o desenvolvimento das relações” entre Moscou e Teerã e desejou ao novo líder supremo “sucesso na resolução das difíceis tarefas que virão”.

“Esta é uma guerra ilegal que mata crianças”, denuncia Bernie Sanders

O senador democrata Bernie Sanders enviou e-mails para toda a sua base, em Vermont, nesta sexta-feira (6) denunciando o ataque covarde de Tump e Netanyahu contra o Irã. “Estamos em uma guerra ilegal, premeditada e inconstitucional”, apontou.

“Na manhã de sábado, mísseis atingiram uma escola primária feminina no sul do Irã. Pelo menos 175 pessoas — a maioria crianças — morreram”, acrescentou o senador, lembrando que já há soldados americanos mortos. Confira o e-mail na íntegra!

Prezado(a) Conterrâneo(a) de Vermont,

No sábado, 28 de fevereiro, às 2h30 da manhã, o presidente Trump publicou um vídeo nas redes sociais anunciando que os Estados Unidos e o primeiro-ministro israelense de extrema-direita, Benjamin Netanyahu, haviam lançado um grande ataque militar contra o Irã.

E assim, de repente, estamos em uma guerra ilegal, premeditada e inconstitucional.

Eis o que sabemos quase uma semana depois. Seis soldados americanos morreram. Outros dezoito ficaram gravemente feridos. Mais de mil pessoas tiveram suas mortes confirmadas no Irã — e organizações independentes de direitos humanos acreditam que o número de mortos seja muito maior. Na manhã de sábado, mísseis atingiram uma escola primária feminina no sul do Irã. Pelo menos 175 pessoas — a maioria crianças — morreram.

A guerra agora se espalhou por todo o Oriente Médio. Embaixadas americanas foram atacadas e fechadas. O Departamento de Estado ordenou que cerca de um milhão de americanos em 14 países deixassem o país imediatamente. Israel lançou uma invasão terrestre ao Líbano, deslocando 30 mil pessoas em 48 horas. E Israel fechou todas as passagens de fronteira para Gaza, cortando o fornecimento de alimentos e medicamentos para dois milhões de pessoas que já viviam em situação de desespero. Embora uma passagem tenha sido parcialmente reaberta desde então, o fluxo de ajuda

O sistema público de proteção social ao trabalho no governo Getúlio Vargas

O texto a seguir é da desembargadora do Trabalho, Magda Biavaschi, pesquisadora no CESIT/UNICAMP, que, navegando em mares revoltos, na contracorrente da ideologia neoliberal, de forma pioneira e corajosa, se dedicou a desmistificar os mitos da chamada “Era Vargas”. Demonstrou, com suas pesquisas, que a rede de proteção aos trabalhadores – CLT, sindicatos, Previdência e Justiça do Trabalho – promovida pelo estado getulista, foi obra consciente de uma

intelectualidade nacionalista e progressista (já que nos países da periferia do capitalismo não existe uma coisa sem a outra), conectada ao que de mais avançado existia no mundo, *pari passu* com a industrialização, cujo objetivo era “modernizar” uma grande nação que acabava de se livrar do escravagismo. Foi inspirada por pensadores de vanguarda, que construíram as bases de um capitalismo autônomo, desenvolvido e popular.

C. P.

O sistema público de proteção social ao trabalho na Era Vargas: Pontos de luz em mares assaz revoltos

MAGDA BARROS BIAVASCHI¹

“As ideias nada podem realizar. Para realizar as ideias são necessários homens que ponham a funcionar uma força prática” (Karl Marx, a Ideologia Alemã)
“Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...”
Guimarães Rosa: Grande Sertão: Veredas)
“Getúlio trouxe para o centro da arena política questões que permanecem atuais: o Estado como indutor do desenvolvimento, a defesa da soberania nacional e o combate à desigualdade e aos privilégios, entre outras(...). Temas que até hoje (...) enfrentam a oposição das forças e dos interesses contra o povo” (Lula, 2026)

1 – Notas sobre o contexto sócio econômico de 1930²

Luiz Roncari (Roncari, 2004), em abordagem sobre o *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, com lentes instigantes e afinadas, desvendou as reais dificuldades do processo de modernização da sociedade brasileira e de construção das instituições republicanas. A leitura de sua obra, à luz da *Casa Grande* de uma sociedade de raízes escravocratas e de jagunços em bandos, remete às agruras enfrentadas na montagem do Tribunal do Sertão, que julgaria Zé Bebelô, descambando no episódio da Fazenda dos Tucanos, espécie de negativa desse Tribunal (ibidem, p.261). Esses registros são importantes quando, em tempos de capitalismo globalizado e hegemonizado pelos interesses da Finança, certas vozes ainda insistem que, para a “modernização” e o dinamismo da economia, é necessário eliminar todos os obstáculos ao “livre trânsito” desse sistema econômico, social e político que é o capitalismo. Sistema que, ao chegar tardiamente ao Brasil, encontrou eco na materialidade da tecitura de uma sociedade de resiliente herança colonial que, volta e meia, aflora com marcada violência, expressando o sadismo e o masoquismo presentes na formação social que, transbordando a vida doméstica, se faz sentir no campo social e político (Biavaschi, 2005; idem, 2007).

Com o dinamismo da economia nucleado pela expansão da acumulação cafeeira, as grandes fazendas monocultoras brasileiras faziam uso da mão de obra escrava. Conquanto em 1888 a “Lei Áurea” tenha abolido a escravidão, as novas oportunidades de trabalho aproveitavam-nas os imigrantes. Essa lei livrou o país de seus “inconvenientes”. Porém, quanto aos negros e negras recém libertos, abandonou-os à própria sorte, sem quaisquer políticas públicas que os inte-

grassem ao mercado de trabalho e à sociedade (Viotti da Costa, 1999). Moldados em um sistema servil, muitos ficaram nas propriedades como agregados. Outros, errantes, trabalhavam aqui e acolá. Outros buscavam nas cidades oportunidades de vida, encontrando, em regra, os trabalhos mais precários. Nesse processo, consolidava-se a exploração de uma mão de obra barata e o mercado de trabalho brasileiro ia sendo constituído sob o signo da exclusão (Barbosa de Oliveira, 1998). Problema que as políticas de imigração acabaram por acirrar e que, em 1930, a Lei dos Dois Terços, de dezembro daquele ano, buscou superar, instituindo a obrigatoriedade para a indústria e o comércio da contratação de 2/3 de mão-de-obra brasileira nata, flexibilizada no ano seguinte para incluir também as pessoas naturalizadas (Biavaschi, 2005; idem, 2007).

É a partir desse cenário que se busca, com lente de longa duração, compreender o significado do lutado processo de construção do sistema público de proteção ao trabalho brasileiro para, nesse processo, recuperar o papel de certos sujeitos históricos brasileiros, como é o caso, entre outros, de Joaquim Pimenta, sem negligenciar o cenário internacional, olhavam para as entranhas de um país em luta para se transformar em uma nação moderna.

2 – 1930 e o projeto de país moderno

Vitoriosa a revolução de outubro, um dos primeiros atos do Governo Provisório foi criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, MTIC³. Lindolfo Collor, gaúcho, positivista seguidor de Comte, assessorado por equipe qualificada, marcou passagem pelo “Ministério da Revolução” com pujante produção normativa. Sua trajetória, porém, não foi tranquila, como salientou Evaristo de Moraes Filho (1986):

(...)
Lindolfo Collor foi acusado



de estar a serviço das esquerdas, pelas suas tendências legais e positivistas. É suficiente que se leia a obra “Indicações Políticas” de Alceu Amoroso Lima, de permanente combate a Collor, às suas ideias e à sua equipe. Toda essa equipe era formada de velhos lutadores sociais, antigos socialistas e, não raro, anarquistas, em prol das reivindicações dos trabalhadores nos tempos chamados heroicos, anteriores a 30. Nenhum deles era de formação corporativista, muito menos fascista. Há evidente exagero – acredito que de boa-fé – quando Leônico inclui Evaristo de Moraes entre os da nova “tecnocracia”. Antigo agitador de ideias socialistas, sempre à testa de movimentos de reforma social, desde a fundação do Partido Operário, de França e Silva, de 1890, advogado de sindicatos operários, de anarquistas; preso numerosas vezes a partir de 1887; fundador de Partidos Socialistas, anticlerical, agnóstico, antifascista, criador da primeira coluna em prol dos trabalhadores no “Correio da Manhã”, de cujos artigos, reunidos, saiu seu “Apontamentos de Direito Operário” (1905), primeiro livro sistemático sobre o tema.

E, negando a origem fascista do Decreto 19.770/1931 sobre a organização sindical brasileira, ateu-se às trajetórias de Agripino Nazaré, Joaquim Pimenta, Carlos Cavacco e Deodato Maia:

(...)
Agripino tomou parte na célebre revolta dos sargentos, anarquista, de 1918, e comandou a maior greve na Bahia de 1919. Pimenta foi o maior agitador no Nordeste na década de 10. Carlos Cavacco, gaúcho, socialista, ainda como auxiliar do próprio Collor foi preso como agitador em Fortaleza, em 1931. Nenhum dos colaboradores de Collor era de direita ou favorável a qualquer manifestação corporativo-fascista. [...] O próprio Deodato Maia, o mais tranquilo deles, já havia escrito um pequeno ensaio “A Regulamentação do Trabalho”, livro de 1912, reunindo seus discursos como Deputado Federal em favor dos trabalhadores.

Lindolfo Collor elaborou um conjunto de regras orientado à nacionalização do trabalho, integração do operariado, às mulheres e aos menores e à Justiça Social. Diante dos limites deste artigo, elas não serão analisadas. Apenas alguns recortes visam a elucidar o perfil dos integrantes da equipe liderada por Vargas, no árduo processo de constituição do sistema de proteção,

hoje em xeque. Na tese que o fundamenta, abordou-se essa produção posterior a 1930 em três momentos: i) Governo Provisório; ii) período 1934-37, leis aprovadas pelo Parlamento; e iii) Estado Novo, até às vésperas da CLT, em 1943. Para selecionar a produção normativa de cada momento, consideraram-se regras dirigidas: i) à organização dos trabalhadores; ii) à nacionalização do trabalho; iii) à tutela de determinados direitos; e iv) à criação de instituições para fiscalizar e concretizar a aplicação das normas postas pelo Estado. O foco foi, sem negar uma dinâmica própria tensionando o processo, evidenciar o papel do Estado nesse processo, sem nenhum alinhamento à tese do “mito da outorga” ou àquelas que atribuem às artimanhas populistas a “concessão” das leis.

O Estado foi ator relevante como, aliás, enunciou recentemente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma das epígrafes que abre este texto, processo no qual as antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas em 1932⁴, de natureza administrativa, jogaram papel destacado não apenas para garantir os direitos que se institucionalizavam, mas como espaço de construção do próprio sistema de proteção social, em tempos em que um código do trabalho ainda não existia. Viria mais tarde, tendo como fonte material, aliás, muitas das decisões proferidas nas reclamações apresentadas a essas Juntas, os princípios que as fundamentavam e a legislação internacional em regra invocada.

A questão central é mostrar que o sistema público de proteção ao trabalho brasileiro, além das conquistas acumuladas pela classe trabalhadora no século XIX europeu, das demandas por direitos diante das desigualdades sociais aprofundadas pelo capitalismo, foi sendo constituído sob a coordenação do Estado, *pari passu* ao processo de industrialização, em um sentido integrador e isonômico. Para esse processo histórico, foi fundamental a ação de ... *homens que ponham a funcionar uma força prática*, no dizer de Marx, também recortado como “epígrafe”, sujeitos que contribuíram para que fosse internalizada a ideia da importância do Estado, dos direitos e das instituições públicas para a vida em sociedade.

Esses sujeitos, com atuação no âmbito do “Ministério da Revolução”, cumpriram papel relevante. Entre eles, Joaquim Pimenta que, ao lado de Evaristo de Moraes (o pai), Agripino Nazaré, Deodato Maia, Carlos Cavacco, Oliveira Vianna e,

mais tarde, Arnaldo Sussekind, e outros, atuaram como construtores do lutado sistema público de proteção social ao trabalho que inclui: as normas trabalhistas e as instituições do trabalho aptas a dar-lhes concretude, fiscalizar sua aplicação e ampliar seu escopo. No Brasil, respectivamente: a Justiça do Trabalho, os dois sistemas de fiscalização e as organizações sindicais. Diante dos limites deste texto, entre esses sujeitos nominados, foca-se Joaquim Pimenta, comunista, líder das greves de 1917 e 1918 em Pernambuco e que, fugindo da perseguição, instalou-se no Rio de Janeiro, onde foi professor de um direito novo, profundamente social: o direito do trabalho.

3 – Joaquim Pimenta no Ministério do Trabalho: recuperando sua estória

Em 1905, Evaristo de Moraes (o pai), em opúsculo pioneiro, *Apontamentos de Direito Operário*, escrito quando ainda não se constituía no país o sistema público de proteção social ao trabalho, dirigia-se aos trabalhadores que, sem as mínimas condições de higiene e segurança, mutilavam-se nas fábricas, submetidos à dura exploração. Buscava despertar-lhes para questões cruciais. Era o brado de um brasileiro que vivera os momentos de transição do trabalhador escravo para o homem “livre”, participara de acontecimentos importantes do país desde a década final do século XIX e tinha consciência da ausência das leis. Signatário do Partido Operário⁵, advogara importantes causas penais e sociais de seu tempo. Auxiliar na organização de conferência sobre a Questão Social (março de 1919), foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro e, em 1929, engajou-se na campanha da Aliança Liberal. Vitoriosa a Revolução de 1930, ocupou o cargo de Consultor Jurídico do MTIC, criado em novembro de 1930. Nesse Ministério, sob o comando de Lindolfo Collor e a batuta de Vargas, reunia-se uma inteligência especial, na defesa do desenvolvimento do país, da planificação da economia e da proteção social.

Joaquim Pimenta, Professor da Universidade do Rio de Janeiro e Procurador do Departamento Nacional do Trabalho, habitava o campo da esquerda. Comunista, fora militante sindicalista. Segundo Evaristo de Moraes Filho (1986, p.12), foi ele o *maior agitador do Nordeste na década de 10*. Consultor técnico da legislação trabalhista, diretamente ligado ao Ministro Lindolfo Collor, no MTIC, além



Getúlio Vargas junto aos trabalhadores no Estádio São Januário, em Primeiro de Maio de 1951
Foto: Arquivo Nacional

de contribuir na organização desse novíssimo órgão, integrou Comissão encarregada de lançar as bases da legislação trabalhista, constituída por Evaristo de Moraes (o pai), consultor do MTIC (aliás, um dos fundadores do partido socialista), Agripino Nazaré, baiano e socialista, Afonso Bandeira de Melo e Jorge Street. Além disso, com Evaristo de Moraes e Agripino Nazaré, foi um dos redatores da lei sindical de 1931, Decreto nº 19770, de 19/03/1931 que, à luz dos princípios e das demandas da época, se definiu pelo sindicato único.

A Revista do Trabalho, ao lado dos Boletins periódicos do MTIC, era expressivo veículo de comunicação que divulgava teses sobre a importância do Estado, a planificação da economia e a necessidade de um sistema de proteção social integrador. Nela, Joaquim Pimenta teve papel destacado, em textos que divulgavam a complexa dramaticidade das lutas sociais no país. Alguns de seus artigos são verdadeiras pérolas, como *Cérebros de Sancho Pança*, publicado na Revista em 1934⁶, que apontou aspectos da construção legislativa brasileira a partir de 1930, aliás, duramente criticado por “*Certos espíritos*” que, segundo ele, com mentalidade de um Sancho Pança, colocavam-se de forma intransigente diante de ...*quaisquer inovações que possam ferir preconceitos ou contrariar interesses*. O texto traz registro contundente das realizações do período com brado de alerta quanto aos imensos desafios a serem enfrentados. Ao lado de Agripino Nazareth e Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta integrou a comissão redatora do Decreto de 1931, sobre a organização sindical⁷, adotando o sindicato único.

Em abril de 1935, ele assinaria outro artigo com densidade teórica sobre o conceito técnico-jurídico do acidente de trabalho, à luz do artigo 1º, do Decreto 24.637, de 10 de julho de 1934, que reformulou as normas acidentárias que vigiam desde a Lei 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Em junho de 1935, em parecer sobre férias a empregados pagos mediante comissão, procedeu à distinção entre empregado, regido por normas de ordem pública, e representante comercial, sujeito a uma situação que não poderia ultrapassar o estrito campo do direito privado⁸. Em setembro daquele ano, texto raro para a época: sobre um dissídio coletivo de trabalhadores em greve. Além da possibilidade do pedido de advocatória de laudos ou decisões das Comissões Mistas de Conciliação, focou o tema da equiparação salarial e enfatizou que a validade de qualquer despedida de grevista deveria passar pelo crivo da Comissão, competente para examinar dissídios envolvendo coletividade de trabalhadores. Em novembro de 1935, novo texto doutrinário seu abria a Revista: Direito Syndical Brasileiro, referindo-se à legislação sindical em vigor⁹ como verdadeira revolução na hermenêutica clássica.

Continua no site